

RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (RIV)





CONDOMÍNIO SOTÁLIA [Campeche] [2023]



Orientações Iniciais

- O Termo de Referência (TR) é vinculante, de forma que não serão admitidos RIV em desacordo com este. Nesse sentido, não serão admitidos RIV que alterem a estrutura do formulário ou não atendam às exigências mínimas de preenchimento.
- Todas as afirmações e análises técnicas devem ser subscritas por profissionais legalmente habilitados nas áreas de urbanismo e planejamento urbano (o responsável técnico pela coordenação do EIV deverá ser engenheiro civil, geógrafo ou arquiteto, podendo profissionais de outras áreas integrarem a equipe elaboradora do estudo), com a apresentação das Anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica e seus códigos de atuação devidamente observados quando dos preenchimentos da ART ou RRT junto aos respectivos Conselhos de Classes Profissionais.
- Recomendamos que o responsável pelo projeto arquitetônico da edificação integre a equipe do EIV. O
 EIV é um estudo técnico e deve seguir as normas técnicas legais, notadamente a ABNT NBR
 6023/2002 Informação e documentação Referências Elaboração. Dessa forma, toda informação
 fornecida deve ser creditada aos responsáveis e devidamente referenciadas.
- O EIV é um estudo de análise urbana. Assim, as bibliografias utilizadas devem se enquadrar principalmente na área de conhecimento do urbanismo e planejamento urbano.
- O RIV deve ser sucinto e preciso nas suas informações, constando apenas informações pertinentes e diretamente relacionadas à análise dos impactos (social, econômico e ambientais correspondentes aos impactos urbanísticos na vizinhança) a serem gerados pelo empreendimento e às medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias propostas.
- O RIV deve realizar análise sintética e objetiva e possuir linguagem clara, com o emprego de material gráfico, sempre que necessário.
- As análises deverão considerar os impactos na área de vizinhança do empreendimento durante as fases de implantação e operação do empreendimento/atividade.
- O EIV é um estudo urbano e, como tal, os mapas são referenciais de análise essenciais, devendo ser anexados no seu formato original.
- Os mapas deverão seguir as normas cartográficas vigentes, contendo todos os elementos obrigatórios, especificações e informações necessárias para seu completo entendimento, devendo estar georreferenciados com coordenadas planas UTM em Datum horizontal SIRGAS 2000 zona 22S.
- As fotografias utilizadas devem ser atuais e datadas. Devem ser selecionadas para representar a situação local com precisão.
- O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) terá validade de 3 anos. Caso as obras do empreendimento objeto do EIV não tenham iniciado, deverá o proponente do estudo após esse prazo apresentar justificativa técnica que o mesmo continua válido considerando as modificações ocorridas na área de influência direta do EIV.



Sumário

1. Identificação do Empreendimento	4
1.1. Nome e Localização do Empreendimento	4
1.2. Identificação do Empreendedor	4
1.3. Identificação dos autores do EIV e Projeto Arquitetônico	4
Estudo de Impacto de Vizinhança	4
1.4. Titulação do Imóvel	5
1.5. Informações Prévias	5
Processos correlatos	5
1.6. Descrição do Empreendimento	8
2. Delimitação e Caracterização da área de Influência Direta e Indireta (AID e AII)	12
3. Diagnósticos e Prognósticos	14
3.1. Adensamento Populacional	14
3.2. Equipamentos Urbanos na AID	15
3.3. Equipamentos Comunitários na AID	18
3.4. Análise de Uso e Ocupação do Solo	22
3.5. Valorização Imobiliária na AII	23
3.6. Mobilidade Urbana	27
3.7. Conforto Ambiental Urbano	55
3.8. Paisagem Urbana e Patrimônio Natural e Cultural	58



1. Identificação do Empreendimento								
1.1. Nome e Localização do Empreendimento								
Enquadramento (conforme Instrução Normativa Conjunta SMPIU/IPUF/SMHDU N.001/2023)	Edificação							
Classificação (conforme art. 4º da Lei Municipal 11.029/2023)	VII - condomínios residenciais multifamiliares acima de 200 unidades habitacionais ou acima de 100 vagas de automóveis ;							
Usos (conforme Anexo F02 - Adequação de Usos para Aprovação e Licenciamento de Obras e Edificações, da LC nº 482/2014)	 Condomínio Residencial Multifamiliar Vertical Comércio varejista de mercadorias em geral Serviços em geral 							
Nome fantasia (se houver)	Condomínio Sotália							
Logradouro	Avenida Pequeno Príncipe	Número	SN					
Complemento		CEP	88063-000					
Bairro/Distrito	Campeche							
Inscrições Imobiliárias	66.12.060.2678.001.800							
Matrículas	59.714							
	1.2. Identificação do Empreendedor							
Nome	Pequeno Principe Incorporação SPE LTDA							

1.3. Identificação dos autores do EIV e Projeto Arquitetônico									
Estudo de Impacto de Vizinhança									
Nome Ambiens Consultoria e Projetos Ambientais LTDA									
CPF/CNPJ	04.432.182/0001	1-20							
Coordenador do EIV									
Nome do Profissional Aleph Tonera Lucas									
Qualificação	Arquiteto e Urba	nista	Re	gistro Profissional	A2659646				
	Dema	is membros	da e	equipe					
Nome do Profissional	Função	Qualificaç	ão	Item	Registro Profissional				
Aleph Tonera Lucas	Diagnóstico e Prognóstico	Arquiteto e Urbanista		*		-		Adensamento populacional	A2659646
Aleph Tonera Lucas	Diagnóstico e Prognóstico	Arquiteto e Urbanista		Valorização imobiliária	A2659646				



Aleph Tonera Lucas	Diagnóstico e Prognóstico	Arquiteto e Urbanista	Geração de tráfego e demanda por transporte	A2659646	
Aleph Tonera Lucas	Diagnóstico e Prognóstico	Arquiteto e Urbanista	Ventilação e iluminação	A2659646	
Aleph Tonera Lucas	Diagnóstico e Prognóstico	Arquiteto e Urbanista	Paisagem urbana e patrimônio natural e cultura	A2659646	
	Pro	jeto Arquit	etônico		
Nome da Empresa (se houver)	METHAFORA ARQUITETURA				
Responsável Técnico	Eduardo Momm	Ferreira	Registro profissional	A419974	

1.4. Titulação do Imóvel						
Matrícula (devem ser descritas todas as matrículas apontadas no item 1.1.)	Cartório de Registro de Imóveis					
59.714	2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis					

1.5. Informações Prévias

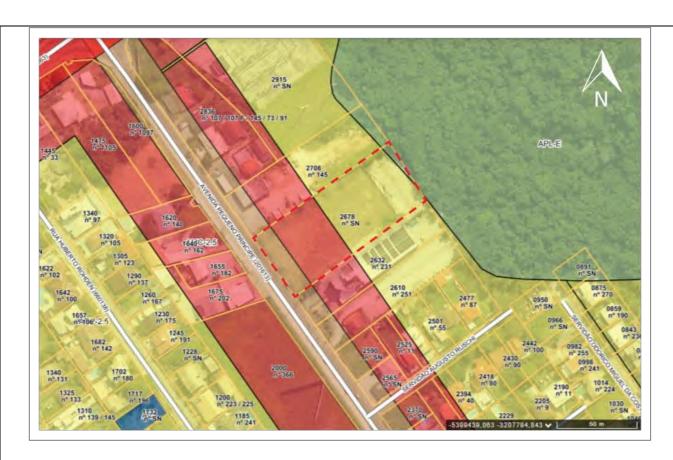
Processos correlatos (apresentar os números dos processos de consulta de viabilidade, diretrizes urbanísticas prévias, aprovação de projeto, licenças ambientais - LAP, LAI, LAO, supressão de vegetação, etc autorizações de demolição e outros)						
Nome do Processo Número do Processo/Ano						
Autorização de Corte	E 155655/2023					
Lançamento de efluentes tratados em rede de drenagem	E 108202/2023					
LAP	E 016184/2024					
Aprovação de Projeto	E 105504/2023					
7	4					

Zoneamentos incidentes

(Anexo F01 da LC n. 482/2014 - Listar os zoneamentos incidentes e adicionar figura do site https://geoportal.pmf.sc.gov.br/map ligando a camada "Zoneamento – Decreto Mun. N° 25.301/2023" no grupo "Plano Diretor Vigente" e "Google Satélite" no grupo "Mapas Base". Destacar as inscrições imobiliárias na imagem)

C: ala	Nº Pav	imentos	Taxa de	Taxa Imper.	Altura Máxima	Coeficiente de Aproveitamento (CA)		
Sigla	Padrão	Acrésc. TDC	Ocupação Máxima (%)	Máxima (%)	Edificação (m)	CA Básico	CA Máx. Total	
ARM 2.4	2	0	40	70	10,5	1	3	
AMC 2.5	2	0	50	60	10,5	1	1,4	
THVIC 2.3	2	0	30	00	10,5	1	1,4	





Áreas Especiais de Intervenção Urbanística

(Apresentar os zoneamentos secundários incidentes)

Não há sobrezoneamentos vigentes sobre a área do empreendimento, de acordo com o geoprocessamento corporativo da PMF.

Unidade Territorial de Planejamento

(Conforme Plano Municipal de Saneamento Básico, 2021, pag. 165)

Unidade Territorial de Planejamento (UTP) – Índice de Salubridade Ambiental (ISA)

De acordo com o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico – PMISB, o empreendimento está situado na Unidade Territorial de Planejamento (UTP) 22, para a qual é atribuído Índice de Salubridade Ambiental (ISA) 0,46, sendo a 7ª em prioridade na hierarquia do município (FLORIANÓPOLIS, 2012).

Licenças Ambientais		
(As licenças listadas deverão ser anexadas ao RIV)		
Empreendimento passível de licença ambiental?	(x)Sim	() Não



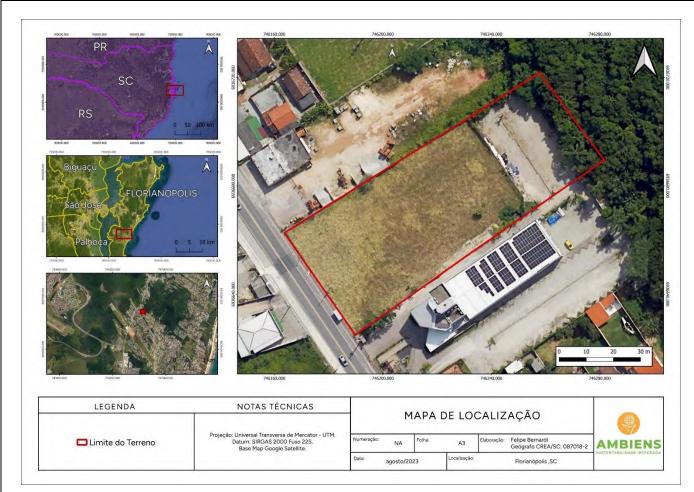
No caso de já ter sido licenciado						
Nomear e anexar a licença	Comentário sobre a perti o EIV (máx. 5	-				
Diretrizes Ur (Descrever de forma sucinta as soluções adotadas para	banísticas Obrigatórias o atendimento das diretrizes obrigat	órias, máx. 1500 caracteres)				
(Caso nem todas as diretrizes orientadoras tenham sido	banísticas Orientadoras atendidas, identificar quais não fora stificativas)	m contempladas e as devidas				
() Todas as Diretrizes (Drientadoras foram contemplad	as				
() Diretrizes orientadas não contempladas total ou parcialmente	dentificação e Justificativa (má	x. 1000 caracteres)				
(Indicar outras informações dispostas nos mapas temás com suscetibilidade à inundação, topos de morros, de						
Descrição (máx. 500 carac		Anexo				
A Av. Pequeno Príncipe está demarcada Desenvolvimento Incentivado (ADI-I).	1 (ADI-I)					
De acordo com o levantamento de elemento transpassa pelo terreno de estudo um curso d'á Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura (Dados vetoriais 2022), existiria apenas um ca conforme vistoria de campo, identificou-se a oca natural, próximo ao terreno de estudo, mas foi imóvel, conforme pode ser visto na Figura 5 e na bem explorado no Estudo Ambiental Simpli FLORAM.	igua. Já segundo os dados do Municipal de Florianópolis anal de drenagem. Entretanto, corrência de um curso d'água ora dos limites territoriais do a Figura 6. Esse aspecto é mais	2 (Mapa de hidrografia e Fotos de levantamento de Campo)				



1.6. Descrição do Empreendimento

Mapa ou Croqui de Localização

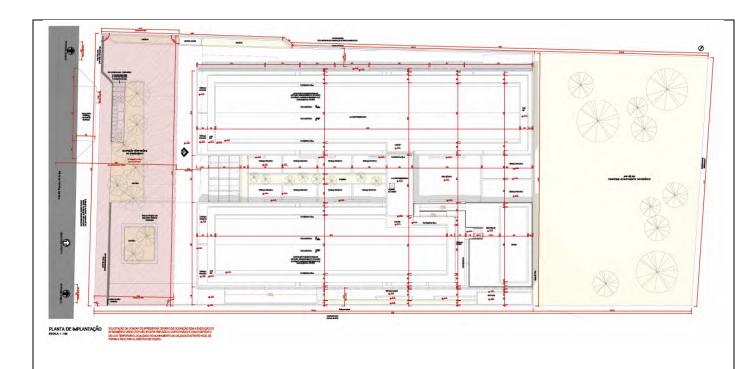
(Anexar mapa em formato PDF em escala adequada)



Implantação do Empreendimento

(Anexar planta de implantação em formato PDF contendo no mínimo detalhamento dos acessos, passeios, área de acumulação de veículos, vagas de carga e descarga, recuos e demais itens que interfiram no sistema viário do entorno)





Descrição dos usos e atividades

(Descrever brevemente as principais atividades, seus horários de funcionamento e os horários de pico, máx. 2000 caracteres)

O Sotália é concebido como um condomínio de uso misto, com térreo comercial, onde há estacionamento e espaço privativo unificado, compondo uma loja, com mezanino, e duas torres de uso exclusivamente residencial, conectadas por circulação central. Esses dois blocos de moradia têm plantas idênticas para o segundo pavimento, e do terceiro ao quinto pavimento. No nível de cobertura, a torre a sudeste no terreno apresenta número menor de unidades habitacionais por contar com área de uso coletivo descoberta, caracterizada como terraço com piscina. Outras áreas coletivas do projeto, para uso residencial, são encontradas no nível do mezanino comercial, onde estão previstos salões de festas e jogos e academia. No subsolo está previsto estacionamento residencial.

Por apresentar uso misto, composto de atividades comerciais e residenciais. Assim, o período de funcionamento da(s) loja(s) deve seguir o horário comercial, entre 8h e 18h, podendo ser estendido para o período noturno no caso de serviços de alimentação. Para além disso, deve ser considerada também a sazonalidade característica do distrito em que o projeto está inserido, que intensifica as dinâmicas de fluxos de pessoas e horários de pico. Quanto à atividade residencial, esta deve gerar fluxos de saídas durante os períodos entre 7h e 9h, 11h e 13h e 17h e 19h, que são aqueles em que há movimentação de saída e retorno para casa, nos dias úteis. A distribuição de usos no empreendimento, por área é de 68,45% privativo residencial, 9,74% privativo comercial e 21,81% de garagens.

Descrição Quantitativa do Empreendimento						
Área total do terreno (m²)	4.276,80 m²					
Área de recuo viário (m²)	583,92 m²					
Área remanescente (m²)	3.692,88 m²					
Incentivos utilizados	Uso misto (Art. 295-D) Área de Desenvolvimento Incentivado (Art. 295-O).					
Número de torres	2					



Us	so de Outo	rga	Onerosa do Direito d	le Const	truir	· (m²)		
(x) Sim			Área de Incidência (máx. 100 caracteres)					
() Não			167,17 m²					
1	Uso de Tra	nsf	erência do Direito de	Constru	uir (m ²)		
			Prove	niência (máx.	100 caracte	res)	
() Sim - venda () Sim - compra								
(x) Não				Valo	or do	m²		
			Limite de Ocupação					
Parâmetro			Permitidos PD 48	2/2014		1	Utilizados	
Coeficiente de Aproveitame	ento (CA)		3			2,16		
Gabarito (un.)			2			5		
Taxa de Impermeabilização			70%	_		53,78%		
			Área (m²)	%		Área	a (m²)	%
Taxa de Ocupação	Subsolo		4.276,80	100		2.54	45,31	59,51
	Base		3.421,44	80		1.04	14,54	24,42
	Torre		3.421,44	80	1.59		96,48	37,32
	Quadi	o d	le Áreas das Unidades	s Privad	las			•
TT:: 1-1-11-1: /::-//TT-			Número de dormitórios	Total de unidade		nidades	Área privativa média	
Unidades Habitacionais/Ho	spedagem		1	105			31,32 m ²	
			2	43			50,64 m ²	
Unidades Comerciais/Servi	ços		Tipo		Núm	ero	Área média	
	0	1	Comercial/Serviços	1	\ <u>-</u>		773,64 m ²	
(Quadro de ár			de Áreas do Empreen Computável do empreendime			ento e total g	geral)	
Pavimento			Área Computável		Área Total			
Subsolo	(0			2.4	54,31 m ²		
Primeiro Pavimento	Primeiro Pavimento 1.13				3.038,05 m ²			
Mezanino 828,			,93 m²		828,93 m²			
2º Pavimento 1.59			95,40 m ²		1.851,24 m ²			
3° ao 5° Pavimento 1.59			96,48 m²		1.596,48 m ²			
Pavimento Cobertura 888			,75 m ²		1.595,72 m ²			
Barrilete	(0			34,18 m²			
Reservatório				42,75 m ²				



T	otal Geral	9.23	35,41 m 11.814,65					
		V	agas de Esta	cionamento				
		Mínimo exi	gido pelo Pla	no Diretor		Pro	jeto	
		Automóveis Moto Bicicleta Automóveis Moto						
Residenciais	Privativas	-	-	148	74	-		148
Residencials	Visitantes	1	-	8	4 (2 PcD)			
Comanaiais	Privativas	8	-	8	37 (2 PcD)			17
Comerciais	Visitantes	-	-	-				
Outros		1 Carga e Descarga						
		Us	sos do Empr	eendimento				
	Pavimento		Tipos de uso		m² por uso		% do uso (em relação à área total do pavimento)	
	Subsolo		Garagem		2.545,31		100	
Priı	meiro Pavime	ento	Comercial/Residencial		773,64 / 174,88		81,57 / 18,43	
Segundo	ao Quinto Pa	avimento	Residencial		1,548,96		100	
		Gara	agem	2.545,31			26,27	
Total geral por tipo de uso		Comercial		773,64		7,98		
		Residencial		6.370,72		65,75		
(As alassas da a	ativi da daa liata d		_	tético de Ob	ras n ser realocadas i	ou adia	.; d	movas dasda

(As classes de atividades listadas servem de orientação. Caso necessário, podem ser realocadas ou adicionadas novas, desde que se mantenha a proposta de um cronograma sintético)

Id	Descrição	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Serviços preliminares	Mês 1	Mês 5
2	Movimentações de terra e fundações	Mês 5	Mês 8
3	Superestrutura	Mês 9	Mês 15
4	Alvenaria	Mês 16	Mês 21
5	Revestimentos e acabamentos	Mês 22	Mês 36

Enquadramentos Diferenciais

(Informar, descrever e mensurar (quando cabível) enquadramentos diferenciais do empreendimento, como a adoção de desenho urbano ou arquitetônico inovador, áreas de fruição pública, fachada ativa, uso misto, telhado verde, obras de valorização de Bens Culturais, certificações (Leed, Aqua-HQE, Minha Casa Minha Vida, etc.) ou quaisquer diferenciais adotados que estejam em consonância com as boas práticas urbanísticas e estratégias estabelecidas no Plano Diretor, máx. 3000 caracteres)

O empreendimento propõe no projeto área de fruição pública e tem fachada ativa voltada para o logradouro de acesso.

Demais informações consideradas pertinentes para o EIV

(máx. 2000 caracteres)



Através do projeto, verifica-se que o empreendimento apresenta ocupação temporária de área de atingimento viário por vagas comerciais de automóveis e paisagismo, devendo ser alterada a configuração de testada, futuramente.

2. Delimitação e Caracterização da área de Influência Direta e Indireta (AID e AII)		
Delimitação das Áreas de Influência		
O empreendimento se enquadra em Diretrizes Urbanas Orientadoras ou Obrigatórias? (Decreto nº 24.287/22)		
Se sim, foi apresentada AII ou AID diferentes daquelas delimitadas pelo IPUF?	() Sim () Não	

Conforme Instrução Normativa Conjunta SMPIU/IPUF/SMHDU N. 001/2023, de XX de novembro de 2023, a caracterização das áreas de influência do objeto do Estudo de Impacto de Vizinhança será estabelecida pelos setores censitários atingidos por um raio determinado a partir do acesso principal do empreendimento, de acordo com a área construída, sendo:

Definição dos portes	Raios da AID	Raios da AII
I - Porte 1: até 2.000m ²	I - Porte 1: 200m	I - Porte 1: 600m
II - Porte 2: acima de 2.000m² até 5.000m²	II - Porte 2: 300m	II - Porte 2: 700m
III - Porte 3: acima de 5.000m² até 15.000m²	III - Porte 3: 400m	III - Porte 3: 800m
IV - Porte 4: acima de 15.000m ² até 25.000m ²	IV - Porte 4: 500m	IV - Porte 4: 900m
V - Porte 5: acima de 25.000m² até 40.000m²	V - Porte 5: 900m	V - Porte 5: 1.500m
VI - Porte 6: acima de 40.000m²	VI - Porte 6: 1.200m	VI - Porte 6: 2.000m

Nos casos em que o setor censitário atingido apresentar vazios urbanos poderá o responsável pelo estudo, mediante justificativa, recortar o setor para melhor adequação das áreas de influência; Poderá o técnico responsável pela análise do RIV solicitar adequação das áreas de influência, mediante justificativa, para melhor enquadramento do empreendimento em relação ao meio urbano.

Setores censitários da AID	Setores censitários da AII
420540712000008 420540712000023 420540712000024 420540712000038	420540705000205 420540705000206 420540712000005 420540712000006 420540712000009 420540712000010 420540712000011 420540712000012 420540712000019 420540712000020 420540712000021 420540712000021 420540712000025 420540712000027 420540712000031 420540712000033 420540712000033 420540712000034



420540712000035 420540712000036 420540712000037

Caracterização geral das Áreas de Influência

(Caracterizar as áreas compreendidas pelos polígonos da AII e da AID, máx. 4000 caracteres)

Para a AII deste empreendimento foram consideradas as relações sociourbanísticas existentes, delimitadas pelos setores censitários do entorno do empreendimento, contemplando 24 setores censitários (para além dos da AID), abrangendo os bairros do Autódromo, Campeche, Rio Tavares, Ressacada, Costeira do Pirajubaé, Lagoa Pequena e Tapera. Nesses termos, a área total da AII é de 19,1 Km², ou 1.911 hectares (ha). Para a AID foram considerados os setores censitários do entorno do empreendimento que fazem parte do bairro Campeche Central, que abrange as principais relações sociourbanísticas existentes, e pode vir a sofrer os impactos imediatos da instalação do empreendimento, em termos de fluxo de trânsito, adensamento populacional, paisagem urbana etc. A AID possui uma área de 4,20 km² (420,20 ha). Apesar de considerarem raios iniciais de cerca de 500 m e 2500 m, tanto a AID quanto a AII foram delimitadas tomando em conta os limites dos setores censitários atingidos e a ocupação do solo, priorizando a análise de áreas construídas em que a população preexistente deverá ser afetada pela instalação do novo empreendimento.

Mapa das Áreas de Influência

(Inserir mapa representando graficamente o raio adotado e os setores censitários pertinentes)





3. Diagnósticos e Prognósticos				
3.1. Adensamen	to Populacional			
Caracterização Popu	ılacional atual da AII			
População Total da AII (PTAII) conforme o último censo do IBGE	20.649			
População Total da AII (PTAII) atualizada (Utilizar referência ou método que inclua a evolução dos últimos censos ou estimativa para traçar um comparativo de crescimento da população)	26.327 (Aplicando-se taxa de crescimento de 27,5%, com base no aumento populacional do município de Florianópolis divulgado pelo recenseamento de 2022).			
Quantidade de domicílios na AII	7.281			
Média de pessoas por domicílio na AII	2,83			
Área Urbanizável da AII (ha) (Considerar somente as macroáreas de uso urbano ou de transição, desconsiderar vias e áreas públicas)	1.248 ha			
Densidade populacional atual na AII [hab./ha] (Considerar área calculada acima)	21,1 hab/ha			
Densidade populacional líquida [hab./ha] na AII conforme o zoneamento previsto pelo Plano diretor	126,5 hab/ha			
População por faixa etária da população na AII (de 0 a 5, 6 a 17, 18 a 59 anos/de mais de 60 anos, com suas respectivas porcentagens)	0 a 5 anos: 7,25% 6 a 17 anos: 16,75% 18 a 59 anos: 67,72% Mais de 60 anos: 8,28%			
	inte do Empreendimento N 009 do Corpo de bombeiros de SC)			
População Fixa do Empreendimento	382			
População Flutuante do Empreendimento	142			
População Total do Empreendimento (PTE) Soma da população fixa e flutuante	524			
Grupo(s) considerado(s) na população fixa	Moradores das unidades residenciais			
Grupo(s) considerado(s) na população flutuante	Prestadores de serviço do condomínio e pessoas envolvidas com a área comercial			
Adensamento Populacional com o Empreendimento				
Densidade populacional atual na AII [hab./ha] com o empreendimento (Considerara área líquida calculada no item xx.) 21,4				
Incremento populacional na AII (%) PTE/PTAII	1,45%			
Conforme enquadramento abaixo, o empreendimento ocasiona um adensamento () Sim (x) Não				
populacional expressivo na AII? ADIs: não se enquadra (ADI-I)				



Macroáreas de uso Urbano com gabarito ≥ 3: Incremento >10%

Macroáreas de Uso Urbano com gabarito < 3: Incremento >4%

Macroáreas de Transição: Incremento >2%

Impactos e Análise de Adensamento Populacional a partir do Empreendimento

(Identificar e tecer análise crítica elencando as principais conclusões, máx. 3000 caracteres)

Através do zoneamento previsto pela legislação municipal, é prevista a densidade líquida máxima – Anexo F01 do Plano Diretor – para cada macrozona urbana do município. Assim, observando-se as áreas assim demarcadas estabelecidas no interior dos limites da AII, relacionadas à população total estipulada, de 26.327 habitantes, obtém-se valor final de 21 hab/ha.

Seguindo os valores de densidade máxima previstos pelo Anexo referido da legislação municipal vigente, obtém que a população máxima estimada para a AII é de 126.564 habitantes, ou 126,5 hab/ha. Nestes termos, observa-se que atualmente a ocupação da área analisada atinge cerca de 16,6% do máximo previsto.

Assim, com o incremento de população fixa do empreendimento, o montante estipulado de habitantes da AII para o caso máximo é de 26.709. Em valores percentuais, o incremento é de 0,3%, chegando a 16,9%, ou pouco menos de 1/5 da população de saturação. Conclui-se, portanto, que a população da AII está abaixo da metade do adensamento previsto, dado o percentual de saturação atual frente ao planejado pelo Plano Diretor.

Com a instalação do empreendimento, o montante populacional consequentemente eleva-se, mas de maneira discreta, abaixo de 1% em valores percentuais. Com isso, entende-se que o incremento populacional gerado pelo empreendimento não interfere de maneira crítica no cenário de adensamento local da AII analisada e contribui para o adensamento local, em consonância com as premissas da nova legislação de planejamento urbano municipal.

3.2. Equipamentos Urbanos na AID			
Tipo de Equipamento	Demanda do Empreendimento	Viabilidade de atendimento	
Abastecimento de Água (m³)	73 m³/dia	(x) Sim () Não	
Energia Elétrica (KW)	360.00 KW	(x)Sim ()Não	
Coleta de Lixo	5.984,89 L de recicláveis secos, 3.608,22 L de rejeitos 752,70 L de resíduos orgânicos	() Sim (x) Não	
Esgotamento Sanitário (m³)	73 m³/dia	() Sim (x) Não	

No caso da inexistência de um ou mais itens da lista acima, informar e descrever qual solução será utilizada.

(Admitem-se viabilidades como comprovante de adequação aos equipamentos urbanos, desde que as solicitações estejam com cálculo de demanda condizente com o apresentado no EIV, máx. 1000 caracteres)

Tendo em vista que o local do empreendimento não é atendido pela rede coletora de esgoto, os efluentes líquidos gerados na fase de operação do empreendimento serão tratados através de uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) individual.

A viabilidade para coleta ainda não foi concedida pois segue em análise pela SMMA.

Memória de cálculo das demandas do empreendimento em relação aos equipamentos urbanos

Consumo de água pelo empreendimento na fase de operação



Pop. Fixa = $382 * 200 \text{ L/dia} = 76,4 \text{ m}^3/\text{dia}$ Pop. Flutuante = $142 * 50 \text{ L/dia} = 7,1 \text{ m}^3/\text{dia}$

Geração de resíduos sólidos pelo empreendimento na fase de operação

Atividade Residencial

Reciclável seco: 382 x 5,7 = 1.088,70 litros/coleta

Resíduos indiferenciado/rejeito: 382 x 9,64 = 3.682,48 litros/coleta

Atividade Comercial

Reciclável seco: 0,7 x 773,64 x 3 x 0,7 = 379,08 litros/coleta

Resíduos indiferenciado/rejeito: 0,7 x 773,64 x 2 x 0,3 = 324,92 litros/coleta

Mesmo havendo Viabilidade do atendimento dos equipamentos anteriores, quais medidas mitigatórias o empreendimento fará para reduzir o consumo nas fases de instalação e de operação?

Fase de instalação:

- 1 Adoção de medidas de diminuição do desperdício e consumo sustentável de recursos naturais e implantar, observadas em Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de acordo com as Resoluções CONAMA nos 307/2002 e 448/2012;
- 2 Adoção de programas de controle e gerenciamento e racionalização de recursos naturais, prevendo ações internas sobre preservação ambiental e uso racional de água e energia junto aos operários da obra
- 3 Adoção de procedimentos de controle para aquisição de insumos com previsão de redução de geração de resíduos ou com possibilidade de retorno de resíduos perigosos ao fabricante/fornecedor;
- 4 Reutilização, sempre que possível, de resíduos inertes ou incorporação ao processo construtivo:
- 5 Utilizar alternativas de drenagem urbana, tais como: estruturas simplificadas para tratamento da água de chuva (ex: gradeamento) captadas pelo sistema de drenagem pluvial do empreendimento, antes de lançá-las ao sistema de drenagem pública; reaproveitamento de águas de chuva;
- 6 Observar a consideração do uso de tecnologias construtivas pré-fabricadas

Fase de operação:

1 - Adoção de métodos de redução de consumo de água, como aeradores, controladores de vazão e torneira com acionamento automático nas áreas comuns;



- 2 Reaproveitamento de águas cinzas tratadas para descargas de bacias sanitárias;
- 3 Utilização de sensores de presença para iluminação de áreas comuns.
- 4 Implantação de lixeiras recicláveis e incentivos à coleta seletiva do lixo;
- 5 Manutenção de campanhas de conscientização sobre descarte adequado de resíduos, panfletos informativos sobre pontos de coleta locais de resíduos tóxicos;
- 6 Instalação de contentores para recicláveis na área externa comum

Drenagem Urbana				
Existe infraestrutura de drenagem na AID? (Bocas-de-lobo, valas de infiltração, córregos, galerias, etc)		(x)Sim ()Não		
Existem problemas de drenagem na AID? (Utilizar o Diagnóstico participativo de drenagem como fonte http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/PDF/Diagnostico%20Revisado.pdf)		(x)Sim ()Não		
O imóvel está mapeado como área suscetível à inundação?	(x) Não () Sim, baixa () Sim, média () Sim, alta			
Se em alguma das duas perguntas anteriores for positiva, qual medid executará para contenção da drenagem/retardar o escoamento superf pluvial e drenagem ecológica)				
O empreendimento deverá operar coleta de água pluvial para irrigação externa e limpeza de garagens;				
Resíduos Sólidos				
Existem Pontos de Entrega Voluntária (PEV) na AII?		(x)Sim ()Não		
Distância entre o empreendimento e o PEV existente (m)	850 m			
Análise da oferta de equipamentos ur (Tecer análise crítica sobre a oferta existente e elencar as principais co		000 caracteres)		
Esgotamento Sanitário	Observa-se quatendimento esgotamento e entornos não são at pública, oper Por esse empreendimento ETE individual provado pelo observando técnicos distributos distr	ue há deficiência no de rede de sanitário, já que a via do empreendimento tendidos pela rede trada pela CASAN.		
Drenagem Urbana	Apesar de la elementos puna via do observa-se o	naver ocorrência de úblicos de drenagem		



com o diagnóstico participativo municipal de drenagem. Por isso, é salutar que o empreendimento mantenha estratégias de captação de águas pluviais, ainda que a área do imóvel não seja susceptível à inundação até os registros publicados na data deste estudo.

3.3. Equipamentos Comunitários na AID				
	Tipo ¹	Porte (m² aprox.)	Rede ²	Distância caminhável até o empreendimento
	Centro de Saúde Fazenda do Rio Tavares	100 m²	Pública	992 m
Unidade de Saúde	Centro de Saúde Campeche	100 m²	Pública	1.853 m
	UPA Sul	500 m²	Pública	660 m
	Colégio Identidade	300 m²	Privada	269 m
	Centro Educacional Tempo de Despertar	60 m²	Privada	577 m
	E.E.M Vereador Oscar Manoel da Conceição	200 m²	Pública (Estadual)	752 m
	E.E.B. Porto do Rio Tavares	160 m²	Pública (Estadual)	984 m
Unidades de Ensino	Escola da Fazenda (EFAZ)	300 m²	Privada	734 m
	Centro Educacional Viva Vida	50 m ²	Privada	851 m
	Escola Engenho	150 m²	Privada	1.175 m
	E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes	300 m²	Pública (Municipal)	2.537 m
	E.E.B Januária Teixeira da Rocha	120 m²	Pública (Estadual)	4.200 m
Unidades de Assistência Social	Conselho Comunitário	100 m²	Pública (Municipal)	828 m

 $^{^{\}rm 1}$ Tipo de serviço oferecido: Posto de saúde, hospital, ensino médio, ensino fundamental, etc.

² Pública ou privada



	Fazenda do Rio Tavares			
	3ª Cia. Polícia Militar de SC	200 m²	Pública (Estadual)	1.935 m
Unidades de Segurança Pública	Corpo de Bombeiros Militar do Rio Tavares	200 m²	Pública (Estadual)	290 m
	Praça Milton Tatu	324 m²	Pública	1.351 m
	Pacuca - Parque Cultural do Campeche	-	Pública	1.915 m
Outros	Parque Cultural do Antigo Campo de Aviação do Campeche	-	Pública	2.123 m
	Cachorródromo	-	Pública	2.317 m
	Parque da Lagoa da Chica	-	Pública	2.800 m

Localização dos Equipamentos Comunitários

(Inserir figura em escala adequada com os equipamentos comunitários presentes na AID, apontando as distâncias até o em análise. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)





Análise da oferta de equipamentos comunitários com o empreendimento

(Identificar e avaliar os prováveis impactos do empreendimento nos equipamentos comunitários. Analisar a necessidade de novos equipamentos urbanos ou comunitários, reformas, ampliações, coberturas, etc., máx. 3000 caracteres)

Com relação às demandas geradas pelo empreendimento durante sua operação, sobre os equipamentos comunitários, estima-se que aqueles de educação, saúde e lazer serão os mais demandados, por se tratar de condomínio predominantemente residencial, que gerará incremento populacional fixo. Estas demandas deverão ser supridas pela rede de escolas públicas e privadas da área de influência e pelos estabelecimentos públicos de saúde, que se apresentam situados na AID, com destaque para as ocorrências de equipamentos de educação. Ainda que o empreendimento seja concebido como de padrão de renda médio-alto, e que, portanto, seja esperado que haja predominância de recorrência por equipamentos dessas categorias oferecidos pela rede privada, deve-se considerar que haja também a demanda para as instituições de manutenção pública, tanto para os residentes, como também para o corpo de funcionários ali empregados.

A implantação do empreendimento afetará os equipamentos de educação, tendo em vista que serão demandadas aproximadamente 12 novas vagas para o ensino infantil, 25 novas vagas para o ensino fundamental e 16 novas vagas para o ensino médio, consideradas apenas as crianças dos residentes. Por haver oferta equilibrada de equipamentos da rede pública e privada e certa recorrência em número (9) na AII, considera-se que esta demanda deverá ser absorvida. Ainda assim, é importante ter ciência de que a área se encontra em expansão e poderá haver necessidade de incremento de disposição de vagas até o início do período de operação do projeto analisado.

Outro aspecto relevante observado nesta análise é o da carência de equipamentos de caráter de lazer e esportivos. Há 4 ocorrências na AII, sendo 3 situadas adjacentemente e, destas, apenas 1 é equipada com mobiliário. O levantamento apontou para a necessidade da distribuição de espaços livres de lazer no bairro do Campeche, principalmente, em meio às aglomerações residenciais. Ainda que a orla da Praia do Campeche seja um atrativo para esse tipo de atividade, é importante que o acesso a espaços como praças e parques aconteça também no interior do bairro, de alcance acessível por caminhada e bicicleta.

Espaços Livres na AID (Conforme mapa da Rede de Espaços Públicos)					
Nome	Categoria na REP	Estado de Conservação	Distância Caminhável		
-	Não classificado	-	820 m		
-	Não classificado	-	837 m		
-	Não classificado	-	840 m		
-	Não classificado	-	860 m		
-	Não classificado	-	867 m		
-	Não classificado	-	892 m		
-	Não classificado	-	895 m		
-	Não classificado	-	1.060 m		
-	Não classificado	-	1.061 m		
-	Não classificado	-	1.353 m		
-	Não classificado	-	1.478 m		
-	Não classificado	-	1.503 m		
-	Não classificado	-	1.638 m		



- Não classificado		-	1.664 m
-	Não classificado -		1.840 m
-	Áreas públicas destinadas ao lazer não equipadas - oriundas de parcelamento		1.043 m
-	Áreas públicas destinadas ao lazer não equipadas - oriundas de parcelamento	-	1.411 m
-	Áreas públicas destinadas ao lazer não equipadas - oriundas de parcelamento	-	1.992 m
-	Áreas públicas destinadas ao lazer não equipadas - oriundas de parcelamento	-	2.071 m
-	Áreas públicas destinadas ao lazer não equipadas - oriundas de parcelamento	-	2.451 m
AVL de Loteamento, Campeche Nova praça		2 - Viabilidade legal e atribuições	1.840 m

Localização dos Espaços Livres

(Inserir figura em escala adequada com os espaços livres presentes na AID e AII, destacando a localização do empreendimento. Utilizar mapa virtual disponível em http://espacospublicos.pmf.sc.gov.br/)





Impactos e Análise do Sistema de Espaços Livres com o empreendimento

(Identificar e avaliar os prováveis impactos do empreendimento no sistema de espaços livres, com ênfase nos espaços livres públicos de lazer. Avaliar a necessidade de criação, implantação ou reforma de espaços livres de uso público de lazer, máx. 3000 caracteres)

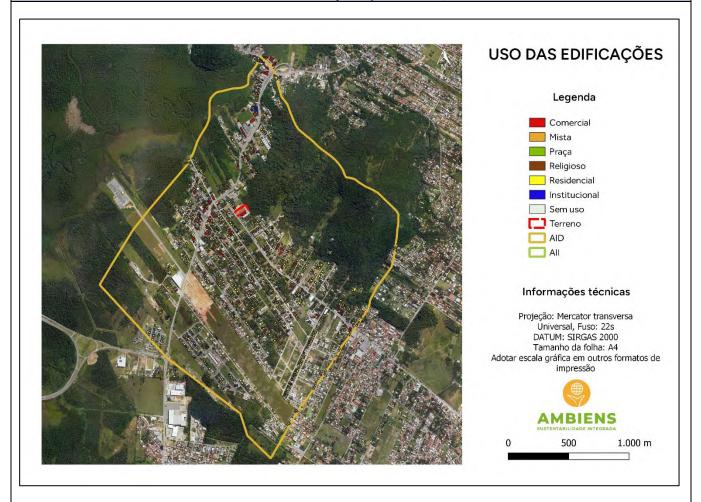
Dadas as características apresentadas relativas aos espaços livres de lazer na AID e na AII do empreendimento, observa-se que há pouca oferta de infraestrutura que se alinhe com a tendência de desenvolvimento urbano e adensamento local recente. Nesse sentido, a área frontal do empreendimento pode vir a contribuir para a criação de espaços de fruição pública e estares, que contemplem a função de praça e convívio social, de modo a mitigar a demanda criada pela sua instalação e aquela já existente.

Para além disso, deve-se considerar também que é necessária a dispersão de espaços livres de lazer na AID e na AII, de modo a atender de forma equânime as ocupações crescentes nos bairros e distritos ali situados. Assim, considera-se que não há interferência desfavorável com a construção do projeto.

3.4. Análise de Uso e Ocupação do Solo

Mapa de uso das edificações

(Inserir figura mostrando a classificação das edificações na AID de acordo com as categorias: residencial (amarelo), comércio/lojas (vermelho), condomínio de salas comerciais (rosa), hoteleiro (roxo), misto (laranja), institucional (azul) e religioso (marrom), área verde (verde), terreno sem uso (cinza) destacando os bens culturais que existirem. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)





Impactos e Análise do uso e ocupação do solo com o empreendimento na AID

(Tecer análise crítica sobre as características de uso e ocupação e elencar as principais conclusões sobre os impactos decorrentes da implantação do empreendimento na AID, máx. 3000 caracteres)

O cenário atual da AID demonstra a predominância da ocupação residencial com características de poucos pavimentos, e usos comerciais concentrados ao longo das vias estruturantes (Av. Pequeno Príncipe e SC-405). O cenário tendencial de ocupação da AID remete para uma ocupação de uso residencial mais adensado, de acordo com as diretrizes da legislação municipal. A projeção é da gradual substituição dos imóveis unifamiliares de 1 pavimento por empreendimentos de gabaritos maiores, com base nos incentivos providos pela Lei Complementar Municipal Nº 739/2.023.

Da mesma forma, a diversificação de usos, com presença crescente de estabelecimentos comerciais também é esperada, tanto pelos incentivos mencionados, quanto pela vocação da área de entorno do empreendimento, tomando-se o aumento da população e necessidades de vizinhança, assim como pelo papel turístico do bairro do Campeche, decorrente da visitação da praia de mesmo nome.

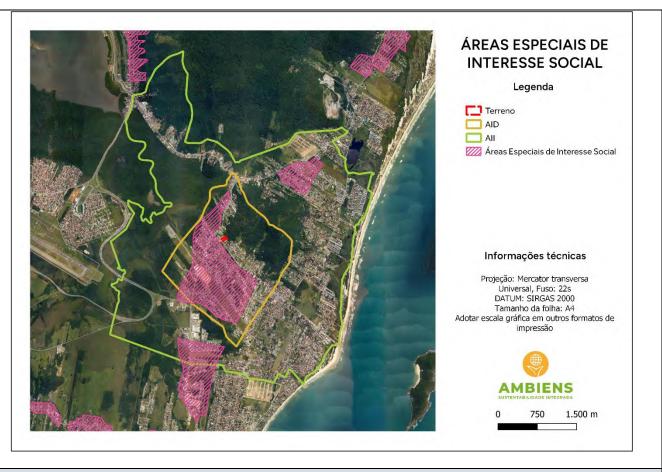
Verifica-se que o empreendimento explora o potencial total de ocupação e construção do imóvel, fazendo cumprir tanto com a função social, quanto com as diretrizes urbanas propostas pela legislação municipal, ao propor espaço de uso misto com comércio e área coletiva. O porte da edificação, ainda que em primeiro momento contraste com as construções preexistentes, é decorrente do vetor de desenvolvimento urbano previsto para a área em que o mesmo se insere, figurando como exemplar da pretensão do planejamento municipal para o futuro daquele distrito. Por estes motivos, não foram identificadas influências negativas da utilização prevista para o empreendimento sobre o uso e a ocupação atuais da AID.

3.5. Valorização Imobiliária na AII			
Diagnóstico			
Renda média mensal da população da AII	O perfil de renda da população da AII é composto de uma distribuição relativamente equilibrada entre as populações com rendimentos até 1 SM, de 1 a 5 SM e de 5 a 10 SM. A maior porcentagem, no entanto, é da faixa de 1 a 5 SM, que soma 35,39% da população		
Valor unitário médio por metro quadrado (R\$/m²) Conforme Planta de Valores para Fins Urbanísticos (PGURB)	R\$500-R\$699		

Identificar e mapear se há ZEIS e/ou aglomerados subnormais de habitação na AII.

Não há Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) delimitadas na AII. Observa-se, entretanto, que a área a sul e a noroeste do empreendimento, na AID, é demarcada como Área Especial de Interesse Social, definida pela LCM Nº 482/2014 como áreas de intervenção urbanística sobrepostas às diferentes zonas com a finalidade de dotar o regime urbanístico e de meios para incentivar urbanizações de interesse social.





Identificar a existência de obras de infraestrutura/empreendimentos públicos ou privados em execução da AII que possam ser enquadrados enquanto polos valorizadores ou desvalorizadores, destacando eventuais Bens Culturais ou APC.

Não foram identificadas obras de infraestrutura ou de novos empreendimentos considerados valorizadores ou desvalorizadores na AII.

Prognóstico	
Padrão construtivo do empreendimento	
O empreendimento é uma Habitação de Mercado Popular (HMP) conforme LC nº 482/2014?	() Sim (x) Não
O empreendimento é uma Habitação de Mercado (HM) conforme LC nº 482/2014?	() Sim (x) Não
O empreendimento possui um Padrão Médio conforme classificação do IBAPE-SP?	() Sim () Não
O empreendimento possui um Padrão Médio Alto conforme classificação do IBAPE-SP?	() Sim () Não
O empreendimento possui um Padrão Alto conforme classificação do IBAPE-SP?	(x)Sim ()Não

Características que o empreendimento possui para ser classificado com o padrão construtivo marcado anteriormente.

Pisos: assoalho; carpete de alta densidade; cerâmica esmaltada; placas de mármore, de granito ou similar com dimensões padronizadas.



Paredes: pintura acrílica sobre massa corrida ou gesso; cerâmica, fórmica ou pintura especial nas áreas frias.

Forros: pintura sobre massa corrida na própria laje; gesso; madeira.

Instalações hidráulicas: completas e executadas atendendo a projetos específicos; banheiros com peças sanitárias, metais e seus respectivos componentes de qualidade, podendo ser dotados de sistema de aquecimento central.

Instalações elétricas: completas e compreendendo diversos pontos de iluminação e tomadas com distribuição utilizando circuitos independentes e componentes de qualidade, inclusive pontos de telefone, de TV a cabo e, eventualmente, equipamentos de segurança.

Esquadrias: madeira estruturada, ferro e/ou de alumínio, caracterizadas por trabalhos e projetos especiais.

Valor unitário médio por metro quadrado (R\$/m²) do empreendimento.

R\$7.000/m² - R\$8.500/m² (estimado)

O valor previsto para comercialização do empreendimento é compatível com a renda mensal média da população da AII? Solicita-se que seja justificado de maneira breve abaixo.

Não há como afirmar com clareza se haverá compatibilidade entre o valor de comercialização (em modalidade de venda ou de locação) do imóvel com a renda mensal média da população da AII, uma vez que há uma distribuição quase equânime de faixas de renda de população nessa área e tal análise depende de outros fatores econômicos peculiares a particularidade de cada grupo familiar. Soma-se a isso o fato de os dados utilizados para mensuração da renda da AII serem referentes ao recenseamento de 2.010, em uma caracterização socioeconômica situada em contexto consideravelmente diverso ao do período atual. Ainda assim, é possível afirmar que o empreendimento tem um perfil de população compatível com rendas superiores, com rendimento médio acima de 5 salários-mínimos, o que exclui cerca de 50% da população da AII, segundo os dados disponíveis.

Impactos e análises da valorização imobiliária com o empreendimento

(Analisar os impactos da inserção do empreendimento na AII, indicando possíveis alterações no estrato social existente (atração, expulsão, gentrificação, etc.), com ênfase em áreas de ZEIS e/ou Bens Tombados e/ou APC, máx. 3000 caracteres)

O empreendimento caracteriza-se por ofertar atividades residenciais e de comércio. Esta área com infraestrutura planejada para atender seus novos moradores cria uma opção de moradia na região, e amplia a oferta de unidades habitacionais sazonais de aluguel. De acordo com o observado no mapa da PGV municipal e a análise de valores de mercado, o projeto insere-se em terreno altamente valorizado, de característica comum aos demais situados na Av. Pequeno Príncipe, e, portanto, não devendo se configurar como elemento precursor de processos indiretos de recaracterização de padrão construtivo e de população. Ainda assim, encontram-se na AID lotes com baixo padrão de custo, que podem sofrer valorização decorrente da instalação do empreendimento.

No entanto, observando-se os fatores de benefício coletivo relevantes do ponto de vista mercadológico do projeto em análise, entende-se que o incremento gerado não seja relevante, considerando os demais fatores característicos da área, como a proximidade da orla marítima, fator principal considerado.

Conforme levantado pelos dados do recenseamento de 2010, a AII apresenta diversificação de faixas de renda, em que 33,4% têm renda até 1 SM, 35,89% têm renda entre 1 e 5 SM e 31,21% têm renda a partir de 5 SM em diante, salientando-se que grande parte deste último grupo apresenta rendimentos acima de 10 SM.

Estima-se que o empreendimento seja comercializado com um valor médio por metro quadrado entre R\$ 7.000,00 a R\$ 8.500,00. O padrão construtivo do empreendimento, por sua vez, pode ser



considerado de padrão superior, segundo o manual de valores de edificações de imóveis urbanos do IBAPE-SP.

O perfil socioeconômico provável dos habitantes do empreendimento pode ser considerado de renda média mensal entre 5 e 16 salários-mínimos. A renda mensal média da AII predomina, ainda que discretamente, na faixa de 2 até 5 salários-mínimos. Por isso, entende-se que o empreendimento será comercializado para cerca de 31,21% da população da AII.

De todo modo, ainda que haja a tendência na valorização dos imóveis da AII ocasionado pelo empreendimento, com a oferta de áreas residenciais de padrão alto, o que já ocorre em áreas próximas e com empreendimentos similares na AII, este incremento de oferta de imóveis residenciais contribui para um melhor equilíbrio do mercado imobiliário, aumentando a oferta e equiparando-a a demanda, já que o município apresenta taxa de crescimento demográfico de 2,05% ao ano e durante a temporada de verão há muita demanda por unidades habitacionais.

Assim, visto o tipo de empreendimento proposto e sua relação com o perfil econômico dos prováveis moradores em comparação com a renda da população da AII, entende-se que o empreendimento não ocasiona impactos de relevância considerável do ponto de vista da valorização imobiliária, e tampouco alterações no estrato social existente. Também o porte da edificação e sua finalidade de uso, no imóvel em que se insere, não altera a característica atual de uso e ocupação do solo, além de atender à tendência prevista pelo planejamento urbano municipal. Por isso, o mesmo não deve ocasionar movimentos socioeconômicos de expulsão, atração ou gentrificação de população diferente economicamente da já existente na região.



3.6. Mobilidade Urbana

Caracterização do sistema viário da AID e Empreendimento

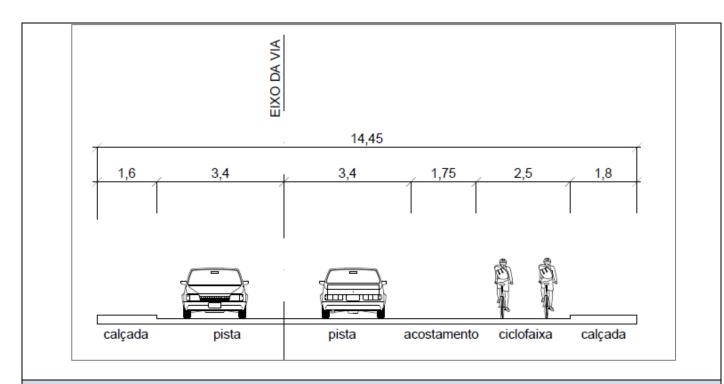
Mapa de Hierarquia Viária na AID

(Inserir figura mostrando a hierarquização do sistema viário na AID de acordo com a Lei Complementar nº 482/2014. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)

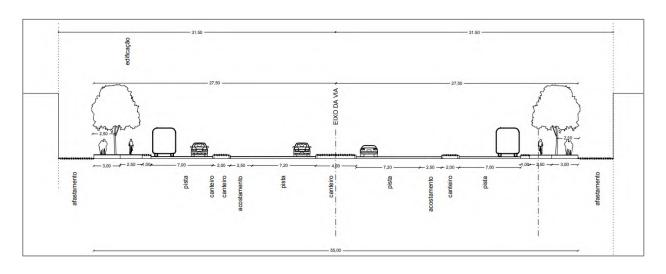


Seção transversal atual e planejada das principais vias na AID		
Via 1		
Nome da Via	Hierarquia (LC nº 482/2014)	
Rodovia Francisco Magno Vieira (SC-405)	Trânsito rápido	
Via 1 – Seção Transversal Atual		



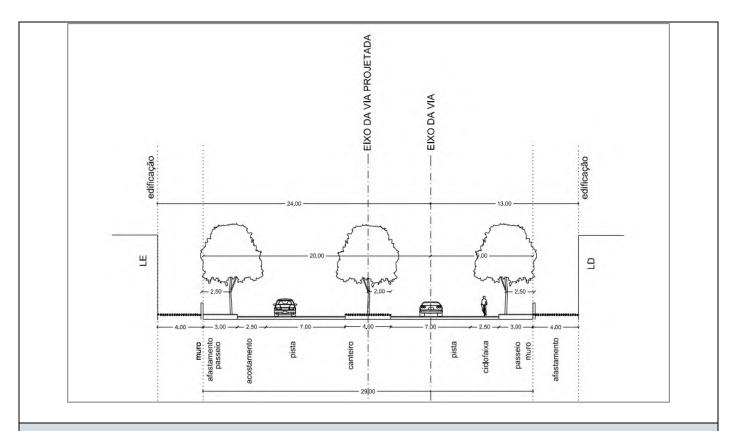


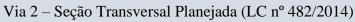
$Via \ 1 - Seção \ Transversal \ Planejada \ (LC \ n^o \ 482/2014)$

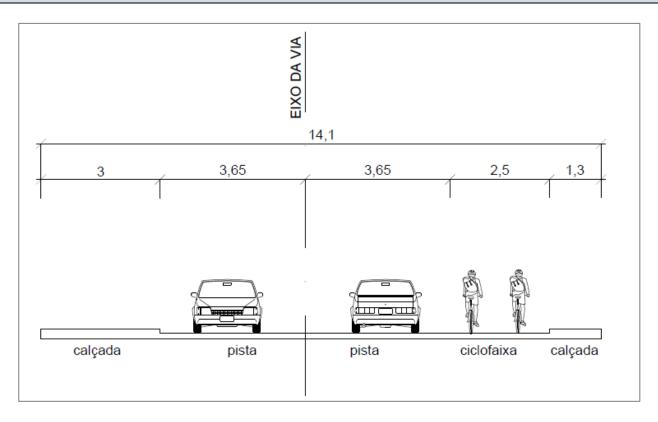


Via 2		
Nome da Via	Hierarquia (LC nº 482/2014)	
Avenida Pequeno Príncipe	Arterial Insular	
Via 2 – Seção Transversal Atual		





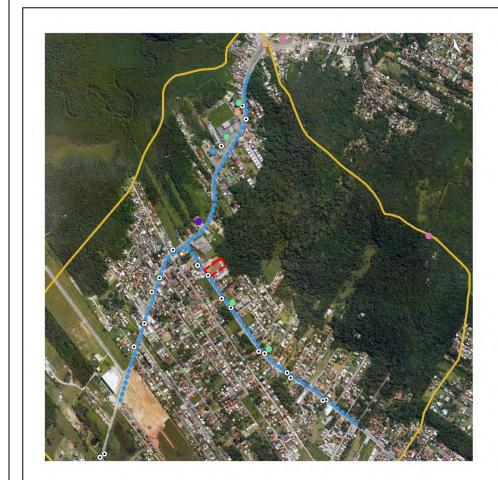






Rotas de Acesso ao Empreendimento

(Inserir figura representando as rotas de acesso caminhável ao empreendimento, considerando um trajeto de 15 minutos, sobreposto aos equipamentos e serviços, inclusive transporte coletivo, existentes.)



ROTAS CAMINHÁVEIS

Legenda

Equip. Comunitários

- Cultura
- Educação
- Saúde
- Paradas de ônibus
- ••• Isócronas 15 min
- Terreno

Informações técnicas

Projeção: Mercator transversa Universal, Fuso: 22s DATUM: SIRGAS 2000 Tamanho da folha: A4 Adotar escala gráfica em outros formatos de impressão

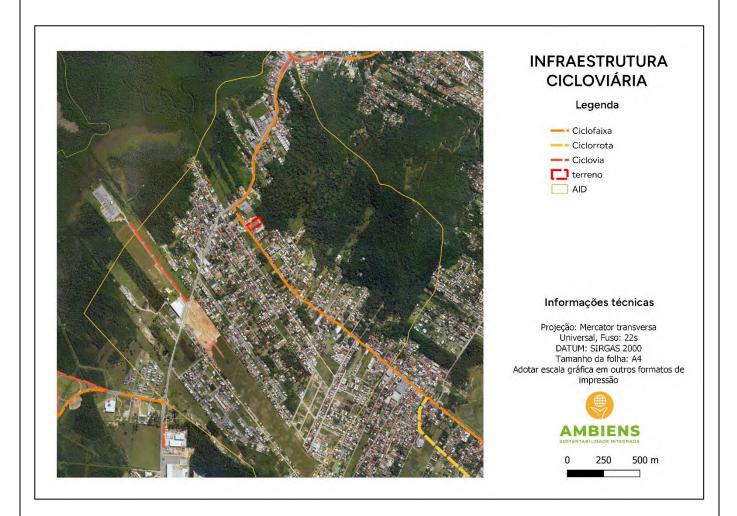


0 100 200 m



Infraestrutura Cicloviária Atual

(Inserir figura contendo indicação das infraestruturas cicloviárias presentes no sistema viário da AID e no empreendimento (ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, estruturas de apoio, etc.). Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)

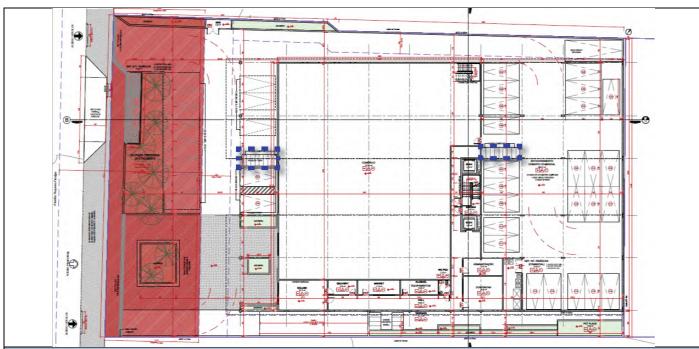


Infraestrutura Cicloviária no empreendimento

(Descrever e indicar quais equipamentos de apoio ao ciclista o empreendimento fornece e sua posição. Descrever a posição das vagas de estacionamento de bicicletas e a sua facilidade de acesso. Demonstrar se o empreendimento incentiva de alguma forma o uso de mobilidade ativa)

O empreendimento apresenta, no nível térreo, dois bicicletários de acesso comum, totalizando 17 vagas.





Descrever a caminhabilidade e acessibilidade do empreendimento aos equipamentos públicos na AII:

Na AID, dentre as vias principais, a Av. Pequeno Príncipe apresenta 4 faixas elevadas e calçadas em toda a sua extensão, com características variáveis. Há pequenos trechos em que se verifica canteiros, mas não é observada arborização de calçadas. Em relação à adequação as normativas de acessibilidade universal, depreende-se que a maior parte da via se encontra inadequada. No entanto, passeios executados recentemente têm seguido o padrão de piso podotátil estabelecido pela legislação vigente. Na SC-405, ocorrem 10 faixas de pedestres, não elevadas. Além disso, há diversos trechos sem calçadas, em que o fluxo dos pedestres ocorre em acostamento, compartilhado com bicicletas, também. Não se verifica arborização junto aos passeios. Nas demais vias da AID, há condições diversas de calçadas, com vias locais em que não há estrutura específica para trânsito de pedestres e vias sem pavimentação. No geral, as condições dos passeios para ambas são variáveis, sendo possível encontrar trechos adequados à acessibilidade universal, outros em desacordo com as normas técnicas, sem pavimentação, com obstáculos e medidas irregulares, além de instalação incorreta de pisos podotáteis.

As vias locais derivantes das vias principais da AID seguem o padrão "espinha de peixe", configurado por pequenas vias sem saída e que dificultam conexões internas dos bairros, exigindo maiores deslocamentos. O mesmo acontece para outras vias locais e algumas vias coletoras de grandes extensões, sem conexão transversal. Para estas categorias de vias, predominam os calçamentos do tipo lajotamento, ocorrendo alguns exemplos sem pavimentação, como a Rua Laura Duarte Prazeres. As mesmas características de condições de irregularidade das calçadas observadas para as vias principais da AII foram observadas para as vias locais e coletoras.



Rod. Francisco Magno Vieira



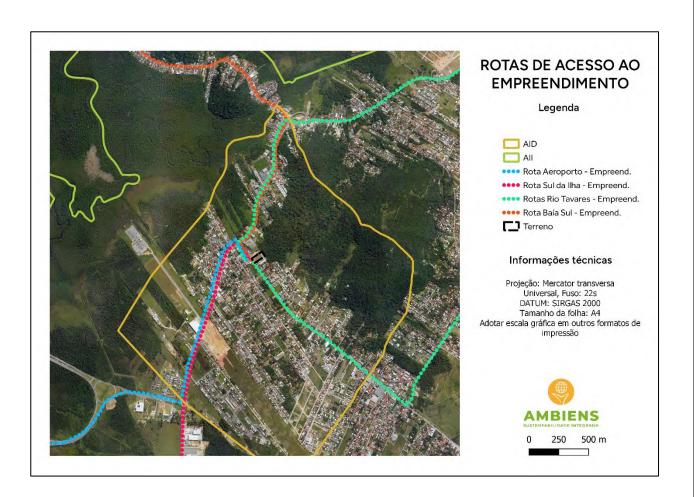
Av. Campeche





Rotas de Acesso ao Empreendimento

(Inserir figura representando as rotas de acesso de veículos ao empreendimento em relação à AID. Ao final do EIV, anexar mapa em formato PDF)

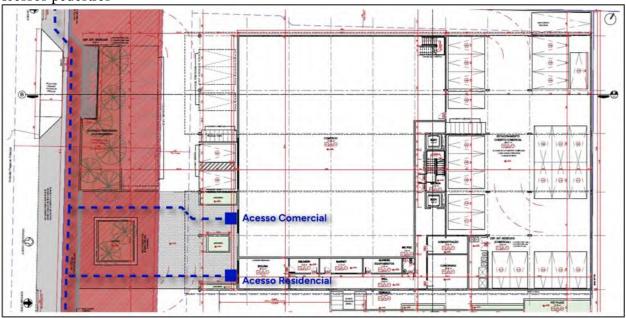




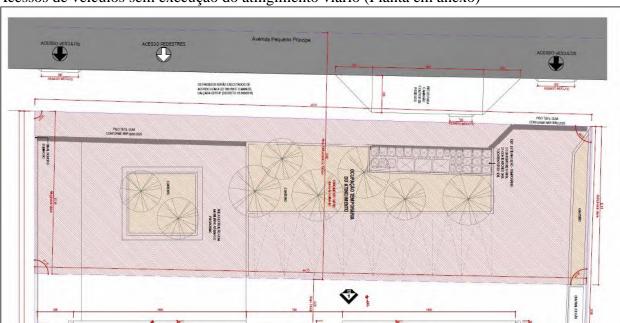
Acessos ao Empreendimento

(Inserir figura representando os acessos ao empreendimento, apontando os raios existentes de projeto, aproximações possíveis na entrada e saída de veículos, acessos de pedestres e demais informações pertinentes à mobilidade (veículos automotores, pedestres, ciclistas, etc.). Ao final do EIV, anexar planta em formato PDF)

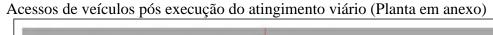
Acessos pedestres

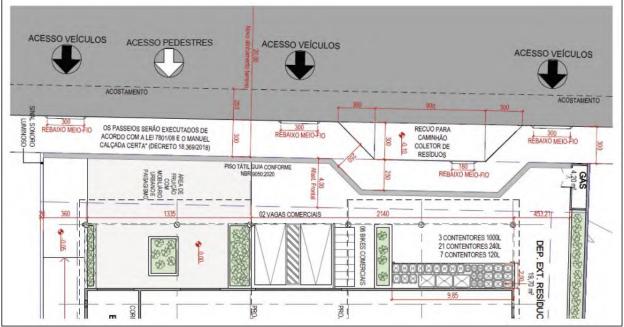


Acessos de veículos sem execução do atingimento viário (Planta em anexo)









Quando houver trilhas e caminhos históricos na AII

(Apresentar as trilhas e caminhos históricos presentes na AII, quando presentes, em mapa com escala adequada, e identificar, por meio de tabela, a infraestrutura existente nestes (pavimentação, passarelas ambientais, etc.), com memorial fotográfico)





Na AID, encontra-se a trilha do Morro do Lampião. Esta tem ponto de início situado a cerca de 1,7 km do empreendimento. O topo da trilha coincide com o topo do morro, a partir do qual pode-se obter uma vista panorâmica da orla da Praia do bairro do Campeche, assim como dos bairros de Morro das Pedras e Rio Tavares.

Trilha do Morro do Lampião. Imóvel de análise delimitado em vermelho, atrás do morro



Fonte: Google (2023). Adaptação: Ambiens. Vistas da trilha do Morro do Lampião





Fonte: Acervo

O outro caminho mapeado que intercepta a AII trata-se de estrada para a estação de tratamento de esgoto do Campeche, de acesso fechado.



Acessibilidade

(Descrever e apresentar memorial fotográfico das condições de acessibilidade e caminhabilidade da AID, com ênfase no entorno do empreendimento (condições das calçadas, pisos podotáteis, rampas, faixas de segurança, etc.) e atendimento às normas de acessibilidade)

Como mencionado anteriormente, na AID, dentre as vias principais, em relação à adequação às normativas de acessibilidade universal depreende-se que a maior parte da via se encontra inadequada. No entanto, passeios executados recentemente têm seguido o padrão de piso podotátil estabelecido pela legislação vigente. Nesta via, foram levantadas 4 faixas de pedestre elevadas. Na SC-405, ocorrem 10 faixas de pedestres, não elevadas. Além disso, foram observados diversos trechos sem calçadas, em que o fluxo dos pedestres ocorre em acostamento, compartilhado com bicicletas. Nas demais vias da AID, há condições diversas com vias locais em que não há estrutura específica para trânsito de pedestres e vias sem pavimentação. A seguir, são ilustradas as condições descritas:

Av. Pequeno Príncipe, a 20 m do empreendimento



Fonte: Google (2023)



SC-405, a 764 m do empreendimento



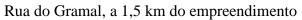
Fonte: Google (2023)

Rua Laura Duarte Prazeres, a 1,1 km do empreendimento



Fonte: Google (2023)







Fonte: Google (2023)



Transporte coletivo

Analisar a infraestrutura para transporte coletivo na AID (abrigos, pontos, estações, etc.). Informar quais linhas de transporte coletivo estão disponíveis e a que distância do empreendimento.



Na AID do empreendimento estão situadas 23 paradas de ônibus, distribuídas na Rodovia Francisco Magno Vieira (SC-405) e na Avenida Pequeno Príncipe. Pela primeira, transitam cerca de 11 linhas de transporte coletivo, enquanto, na segunda, operam 6 linhas. Das paradas levantadas, 10 delas não apresentam estrutura de abrigo — sendo 7 na Av. Pequeno Príncipe e 3 na SC-405, de acordo com imagens obtidas através da plataforma *Google Maps*. Como mencionado anteriormente, há uma parada à frente do empreendimento. Trata-se do ponto 16650, de sentido Bairro-Centro. O mesmo apresenta estrutura em desacordo com o padrão atual para pontos de ônibus do município e é atendido pelas linhas:

- 462 Campeche
- 473 Morro das Pedras via Eucaliptos
- 474 Morro das Pedras via Gramal
- 500 Madrugadão Sul Pântano do Sul
- 4120 Executivo Pântano do Sul via Eucaliptos
- 4125 Executivo Pântano do Sul via Gramal

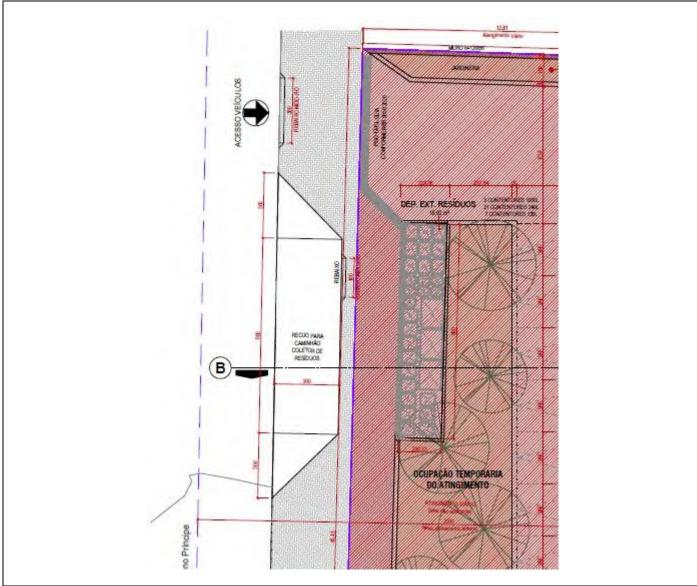


Ponto 16650, em frente ao empreendimento.



A COMCAP solicitou na sua Certidão de Viabilidade de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares a execução de recuo para parada do veículo coletor?	(x)Sim ()Não			
Se a reposta a pergunta anterior for positiva, solicita-se saber se o recuo consta na planta de arquitetura.	(x)Sim ()Não			
Demonstrar se há necessidade ou não de recuo para parada do veículo coletor.				



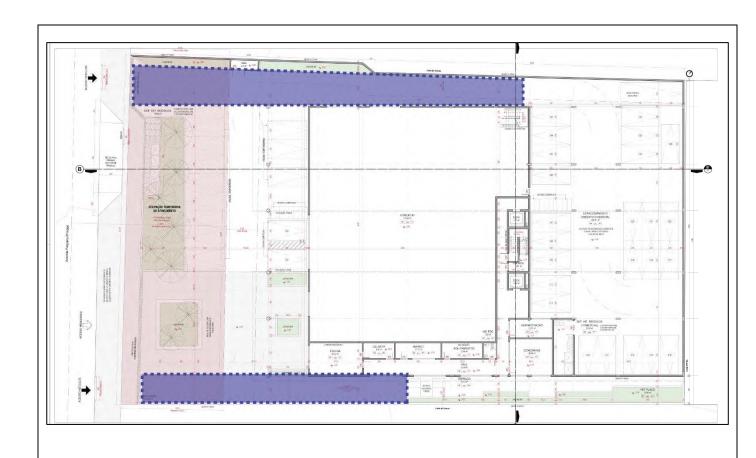


Área de acumulação de veículo para o empreendimento.

(Recomenda-se a utilização de área de acumulação no mínimo 2% das vagas para estacionamentos coletivos, caso não seja utilizada, apresentar estudo justificando)

O projeto conta com áreas capazes de acumular 2% das vagas dos estacionamentos comercial e residencial, em seus respectivos acessos, como destacado na imagem a seguir.







Estudo de tráfego

(Inserir mapa ou croqui do local exato de contagem de tráfego, recomenda-se que a contagem de tráfego seja realizada próximo às interseções em vias hierarquizadas e na frente do empreendimento nos dois sentidos, quando houver)



Tabela usada para conversão de categorias de veículos para Unidade Veículo Padrão (UVP)

Veículo	Motocicleta (1 m a 2,9 m)	Automóvel (3 m a 7 m)	Ônibus/Caminhão (até 14,9 m)	Veículos especiais (acima de 15 m)
UVP	0,5	1,0	2,5	3,0

Tabulação da contagem de tráfego a cada 15 minutos para hora do pico nos períodos matutino e vespertino para os dois sentidos, quando houver.

(Os dados brutos de toda a contagem de tráfego e sua tabulação dos dados apurados na contagem de tráfego, com classificação por tipo de veículo e conversão em Unidade de Veículo Padrão (UVP) devem estar em anexo)



Volume de tráf	ego na hora pico	o, na Avenida Pe	queno Príncipe				
	Matutino						
Hor	ário	2023	2026	2028	2031	2036	
09:45	10:00	289,5	316,3	335,6	366,7	425,1	
10:00	10:15	320	349,7	371,0	405,4	469,9	
10:15	10:30	306	334,4	354,7	387,6	449,4	
10:30	10:45	313	342,0	362,9	396,5	459,7	
To	otal	1.228,5	1.342,4	1424,2	1.556,2	1.804,1	
			Vespertino				
Hor	ário	2023	2026	2028	2031	2036	
17:15	17:30	313	342,0	362,9	396,5	459,7	
17:30	17:45	324,5	354,6	376,2	411,1	476,5	
17:45	18:00	317	346,4	367,5	401,6	465,5	
18:00	18:15	268	292,9	310,7	339,5	393,6	

Volume de tráfego na hora pico, na Rod. Francisco Magno Vieira (SC-405)

Matutino						
Hor	ário	2023	2026	2028	2031	2036
10:00	10:15	382,5	418,0	443,4	484,5	561,7
10:15	10:30	369	403,2	427,8	467,4	541,9



10:30 10:45 386,5 422,3 448,1 489,6	567,6
	574.0
10:45 11:00 391 427,3 453,3 495,3	574,2
Total 1.529 1.670,8 1.772,6 1.936,8	2.245,4
Vespertino	
Horário 2023 2026 2028 2031	2036
18:30 18:45 369,5 403,8 428,4 468,1	542,6
18:45 19:00 444 485,2 514,7 562,4	652,0
19:00 19:15 417,5 456,2 484,0 528,9	613,1
19:15 19:30 360,5 393,9 417,9 456,7	529,4
Total 1.591,5 1.739,1 1.845,0 2.016,1	2.337,2

Com a construção do empreendimento e, portanto, com o incremento de até 117 UVPs as projeções de demanda de volume de tráfego nas vias objeto da contagem de tráfego apresentam-se se acordo com o ilustrado nos quadros a seguir:

Volume de tráfego na hora pico, na Avenida Pequeno Príncipe, com o empreendimento

Matutino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	1.245,5	1.459,4	1.541,2	1.673,2	1.921,1
Vespertino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	1.339,5	1.452,9	1.534,3	1.665,7	1.912,3



Volume de tráfego na hora pico, na Rod Francisco Magno Vieira (SC-405), com o empreendimento

Matutino						
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036	
Total	1.646	1.787,8	1.889,6	2.053,8	2.362,4	
Vespertino						
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036	
Total	1.456,5	1.569,9	1.651,3	1.782,7	2.029,3	

Dada a contextualização situacional do empreendimento, em área próxima de balneário, deve-se considerar também o impacto da sazonalidade sobre o trânsito de veículos na via em que se propõe o empreendimento. Dessa forma, com o objetivo de considerar também o período de temporada de verão, quando, reconhecidamente, há um aumento populacional nos bairros turísticos de balneário na cidade, foi aplicado fator de correção de 40% sobre os valores de contagem obtidos, baseado em Riqueti (2019)*. Os quadros a seguir apresentam, portanto, os valores projetados para os cenários sem a inserção do empreendimento e com a inserção do empreendimento, no período de temporada, a partir dos fatores referidos:

Volume de tráfego na hora pico, na Avenida Pequeno Príncipe sem o empreendimento, em período de temporada de verão

Matutino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	1.719,9	1.879,3	1.993,8	2.178,7	2.525,6
Vespertino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	1.222,5	1.335,9	1.417,3	1.548,7	1.795,3

Elaboração: Ambiens.



Volume de tráfego na hora pico, na Rod. Francisco Magno Vieira (SC-405) sem o empreendimento, em período de temporada de verão

Matutino						
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036	
Total	2.140,6	2.339,1	2.481,6	2.711,5	3.143,6	
Vespertino						
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036	
Total	2.228,1	2.434,7	2.583	2.822,5	3.272	

Volume de tráfego na hora pico, na Avenida Pequeno Príncipe, com o empreendimento, em período de temporada de verão

Matutino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	1.836,9	1.996,3	2.110,8	2.295,7	2.642,6
Vespertino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	1.339,5	1.452,9	1.534,3	1.665,7	1.912,3

Volume de tráfego na hora pico, na Rod. Francisco Magno Vieira (SC-405), com o empreendimento, em período de temporada de verão

Matutino



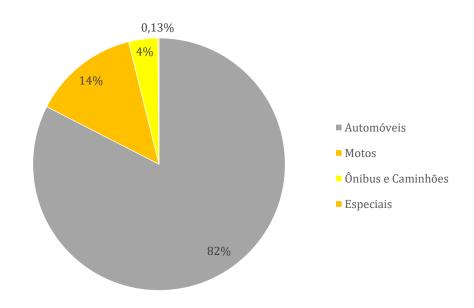
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	2.257,6	2.456,1	2.598,6	2.828,5	3.260,6
Vespertino					
Hora-pico por ano	2023	2026	2028	2031	2036
Total	2.345,1	2.551,7	2.700	2.939,5	3.389

^{*}RIQUETI, Ana Carolina. Estudo de volume de tráfego e nível de serviço na alta e baixa temporada da rodovia sc-401. 2019. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Informar datas, dias da semana e horários de realização da contagem de tráfego.

21/08/2023, segunda-feira 08h às 11h 17h às 20h

Apresentar a divisão de veículos por modal apurada na contagem de tráfego



Informar a Capacidade da via:

Pode ser utilizado, simplificadamente, aproximação baseada em HCM (2010) onde: Vias Expressas ou Transito Rápido até 3,0m de largura por faixa: 1700 UCP/h/faixa Vias Expressas ou Transito Rápido mais 3,0m de largura por faixa: 2000 UCP/h/faixa Vias Arteriais: 1800 UCP/h/faixa Vias Coletoras e Subcoletoras: 1500 UCP/h/faixa



*Descontar 10% da capacidade para cada condicionante abaixo: Condicionantes observados na Avenida Pequeno Príncipe					
() Sim (x) Não					
() Sim (x) Não					
(x) Sim () Não					
(x) Sim () Não					
(x) Sim () Não					
(x) Sim () Não					
() Sim (x) Não					
() Sim (x) Não					
() Sim (x) Não					
() Sim (x) Não					
() Sim (x) Não					
(x) Sim () Não					
(x) Sim () Não					
(x) Sim () Não					
() Sim (x) Não					
() Sim (x) Não					

Apresentar e analisar a capacidade da infraestrutura viária e do nível de serviço atual das vias usando como referência a tabela de nível de serviço abaixo, conforme Highway Capacity Manual (HCM, 2010). Nos balneários, o estudo deve considerar a sazonalidade, bem como os Localizados na SC-401, SC-405, SC-406 e Rod. Admar Gonzaga (SC-404), considerando aumento de 40% de veículos na contagem de tráfego, caso seja feita em época de baixa temporada, ou apresentar bibliografia justificando valores diferentes de incremento.

Capacidade Avenida Campeche

C = 1.800 - (40%) = 1.080 UVPs/hora/faixa.

Capacidade Rod. Francisco Magno Vieira

C = 2.000 - (30%) = 1.400 UVPs/hora/faixa.

VT = Número de UCPs na hora pico / C = Capacidade da via



Nível de Serviço = VT/C

VT/C Níveis de Serviço < 0,3 Ótimo 0,31 a 0,45 Bom В 0,46 a 0,70 Aceitável C 0,71 a 0,85 Regular D 0,86 a 0,99 Ē Ruim > 1,00 Péssimo

Avenida Campeche

Nível de Serviço

Nível de Serviço Rod. Francisco Magno Vieira (baixa temporada)

Nível de Serviço Rod. Francisco Magno Vieira (alta temporada)

Geração de viagens do empreendimento Para o setor residencial, quando houver, pode ser utilizado o modelo de geração de viagens do ITE que consta na Rede PGV (2015). (disponível em http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/70-conceitos-basicos/taxas) Número de Unidades Habitacionais 123 Número de vagas Número de pessoas residentes na ocupação máxima 382 Volume gerado durante o dia Para o número de UH 867 Para o número de veículos 259 955 Para o número de pessoas



Volume gerado na hora do pico da manhã						
Para o número de UH	65					
Para o número de veículos	19					
Para o número de pessoas	72					
Volume gerado na hora do pico da tarde						
Para o número de UH	80					
Para o número de veículos	24					
Para o número de pessoas	91					
Resultado mais	s desfavorável*					
Volume Gerado durante o dia	955					
Volume Gerado na hora pico da manhã	72					
Volume Gerado na hora pico da tarde	91					

Para o **setor comercial**, quando houver, utilizar metodologia da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP) para Polos Geradores de Viagens, a partir dos boletins técnicos 32 e 36. (disponíveis na biblioteca virtual do órgão no site http://www.cetsp.com.br/consultas/publicacoes/boletins-tecnicos.aspx0)

 $\label{eq:V = ACp / 16} V = ACp / 16$ Se ACp $< 10.800 \text{ m}^2$ ACp = área construída computável

V = 773,64 / 16V = 48

*De acordo com a pesquisa do PLAMUS, com os resultados da pesquisa origem-destino realizada pelo PLAMUS, a divisão modal das viagens realizadas no município de Florianópolis é a seguinte:

a. Viagens individuais motorizadas
b. Viagens por transporte coletivo
c. Viagens não motorizadas
- 30%
- 22%

Aplicando os percentuais da divisão modal de viagens obtida na pesquisa origem-destino do PLAMUS, as viagens diárias do empreendimento se dividem da seguinte forma:

a. Viagens individuais motorizadas - 459
b. Viagens por transporte coletivo - 286
c. Viagens não motorizadas - 210

Dessa forma, o empreendimento poderá gerar 459 viagens motorizadas individuais por dia. De acordo com dados do PLAMUS, 15% das viagens motorizadas diárias acontecem na Hora Pico. Portanto, o número de viagens diárias na Hora Pico para o empreendimento residencial é de 69 viagens. Considerando, em pior cenário, que todas as viagens ocorram por veículos motorizados individuais (1 UVP), obtém-se que o empreendimento gerará até **69 UVPs**, na hora pico, decorrentes do uso residencial.

Somando-se, portanto, o volume de UVP da atividade residencial (69 UVP) com o volume de UVP da atividade comercial (48 UVP) estimados, tem-se que, na hora pico, o empreendimento poderá gerar **117 UVP.**



Apresentar a capacidade da infraestrutura viária e do nível de serviço com e sem o empreendimento para os seguintes momentos: ano do início da operação do empreendimento e após 2, 5 e 10 anos, considerando a taxa de projeção anual de crescimento da frota. Caso pertinente, incluir ano de início da implantação/obra. Comparar os resultados com a capacidade e nível de serviços atuais, identificando impactos do empreendimento. Usar tabela abaixo **para cada sentido da via (não juntar)**. Considerar na tabela o aumento de 40% de veículos **nos casos de sazonalidade**. Adotar uma taxa de crescimento anual de 3% com projeção geométrica.

Avenida Pequeno Principe fora do periodo de temporada de verão								
	Incremento de tráfego			Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação
Capacidade da via	gerado pelo	Sem	Demanda de veículos em UVP	1.228,50	1.342,40	1424,2	1.556,20	1.804,10
(UVP)	empreendimento	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,57	0,62	0,66	0,72	0,84
	(UVP)		Nível de Serviço	C	C	C	D	D
				Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação
2.160	117	Com	Demanda de veículos em UVP	1.345,50	1.459,40	1.541,20	1.673,20	1.921,10
2.100	117	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,68	0,73	0,77	0,83	0,94
			Nível de Serviço	C	D	D	D	E

Avenida Pequeno Príncipe no período de temporada de verão								
	Incremento de tráfego			Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação
Capacidade da via	gerado pelo	Sem	Demanda de veículos em UVP	1.719,90	1.879,30	1.993,80	2.178,70	2.525,60
(UVP)	empreendimento	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,80	0,87	0,92	1,01	1,17
	(UVP)		Nível de Serviço	D	E	E	F	F
				Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação
2.160	117	Com	Demanda de veículos em UVP	1.836,90	1.996,30	2.110,80	2.295,70	2.642,60
2.100	117	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,90	0,98	1,03	1,12	1,28
			Nível de Serviço	E	É:	F	F	

	Rod Francisco Magno Vieira fora do período de temporada de verão							
	Incremento de tráfego			Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação
Capacidade da via	gerado pelo	Sem	Demanda de veículos em UVP	1.591,50	1.739,10	1.845,00	2.016,10	2.337,20
(UVP)	empreendimento	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,57	0,62	0,66	0,72	0,83
	(UVP)		Nível de Serviço	C	C	С	D	D
				Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação
2,800	117	Com	Demanda de veículos em UVP	1.708,50	1.856,10	1.962,00	2.133,10	2.454,20
2,000	117	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,65	0,70	0,74	0,80	0,92
			Nível de Serviço	C	C	D	D	E

	Rod Francisco Magno Vieira fora no período de temporada de verão								
	Incremento de tráfego			Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação	
Capacidade da via	gerado pelo	Sem	Demanda de veículos em UVP	2.228,10	2.434,70	2.583,00	2.822,50	3.272,00	
(UVP)	empreendimento	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,80	0,87	0,92	1,01	1,17	
	(UVP)		Nível de Serviço	D	E	E	F	F	
				Ano Atual	Início da Operação	Após 2 anos de operação	Após 5 anos de operação	Após 10 anos de operação	
2,800	117	Com	Demanda de veículos em UVP	2.345,10	2.551,70	2.700,00	2.939,50	3.389,00	
2.000	117	empreendimento	Valor do Nível de Serviço VT/C	0,88	0,95	1,01	1,09	1,25	
			Nível de Serviço	Ε.	E	E	F		

Impactos e Análise de Mobilidade Urbana com o Empreendimento

(Tecer análise crítica sobre as características marcantes da mobilidade urbana e elencar as principais conclusões sobre os impactos decorrentes da implantação do empreendimento, máx. 3000 caracteres)

Entende-se que com a implantação e operação do empreendimento a mobilidade da AII deverá sofrer inevitável alteração com o incremento de tráfego ocasionado, com impacto de baixa relevância, dada a caracterização obtida das capacidades atuais e futuras analisadas no item anterior.

De acordo com os levantamentos obtidos, observou-se que o nível de capacidade das vias Avenida Pequeno Príncipe e Rod. Francisco Magno Vieira atual é "C", o qual, de acordo com o Highway Capacity Manual (2010), é definido como aquele em que a influência da densidade do tráfego se torna relevante e manobras dentro do fluxo corrente são claramente afetadas pela presença de outros veículos. Nesse nível, pequenas perturbações no fluxo causam impactos consideráveis no nível de serviço, ocasionando filas.

Na projeção delineada nas tabelas da seção anterior, observa-se que a inserção do empreendimento e decorrente incremento de tráfego ocasionada deve gerar alteração no nível de serviço a partir do ano de início de operação considerado, até 2 anos após a operação, para a Avenida Campeche, quando o nível de serviço alcançará a categoria "D", devido ao incremento causado pelo empreendimento. O nível "D" é aquele em que as possibilidades de manobra são severamente restringidas, devido ao maior volume de tráfego, e a velocidade média é reduzida. O NS altera-se novamente, em relação ao previsto sem o empreendimento, 10 anos após a operação, chegando ao nível "E". Nesse nível tem-se uma operação próxima ou no limite da capacidade, com o fluxo instável. Perturbações no tráfego podem ser facilmente dissipadas, geralmente levando à formação de congestionamento



Para a Rod. Francisco Magno Viera, o empreendimento causa alteração do nível de serviço previsto de "C" para "D", 2 anos após a operação e de "D" para "E", 10 anos após a operação.

Para o período de temporada, o nível de serviço estipulado atualmente é o de categoria "D", alcançando "F" para ambas as vias, em dez anos. Para a Rod. Com o incremento gerado pelo empreendimento, verifica-se que o alcance do nível "E" acontece 3 anos antes do previsto para as vias, após dois anos de operação.

De maneira geral, compreende-se que as vias principais de acesso ao empreendimento aproximam-se do limite de saturação independentemente da inserção do projeto. Assim, inevitavelmente, deverá haver incremento de fluxo gerado pela presença do novo condomínio, entretanto, este impacto não deverá ser configurado como precursor da diminuição da capacidade de atendimento das vias.

Com relação ao transporte público também se entende que este deverá ser pouco afetado, pois a demanda gerada pelo empreendimento deverá ser pequena e absorvida pelas atuais linhas e frequências do sistema de transporte público. Ressalta-se o fato que o sistema de transporte público necessite de melhorias em sua infraestrutura, dado que no diagnóstico constatou-se que a parte relevante dos pontos de ônibus não possuem abrigos ou bancos para os usuários assim como condições de acessibilidade universal.

A infraestrutura viária é irregular, apresentando necessidade de adequações principalmente no que diz respeito ao fluxo de ciclistas e pedestres, em especial no que tange aos dispositivos e normativas de acessibilidade.

3.7 Conforto Ar	nbiental Urbano					
Materiais na fachada do empreendimento						
O empreendimento conta com fachada com alta reflexibilidade? Se sim, qual a sua porcentagem de ocupação? E sua posição solar.	Não					
O empreendimento conta com algum outro material na fachada que possa contribuir para formação de ilhas de calor?	Não					
O empreendimento conta com algum material na fachada que dê conforto ambiental para o exterior?	Não					
Ventilação e Iluminação						
A taxa de impermeabilização utilizada é menor do que o limite legal?	Sim					
O empreendimento obstrui a iluminação solar de algum equipamento comunitário público ? Se sim, indicar a faixa de horário e o período do ano (solstício).	Não					
O empreendimento obstrui a iluminação solar das edificações do entorno? Se sim, indicar a faixa de horário e o período do ano (solstício).	A partir de simulações, denotou-se que, apesar da projeção de sombreamento maior do que as das edificações do entorno, o empreendimento exerce influência sobre a iluminação de poucas construções vizinhas, em períodos específicos. Anualmente, o período mais crítico é o do solstício de inverno. Já no decorrer do dia, os períodos críticos são observados como sendo o matutino, às 8h30 e o vespertino, quando a sombra projetada incide sobre edificações a sul, e a partir do horário					



		das 14h, quando a sombra projetada do projeto incide sobre a edificação vizinha, à leste. No verão, o bloqueio da iluminação ocorre para a edificação vizinha à leste durante o período vespertino. Para esse último caso, a redução da influência solar direta vespertina, durante o período do solstício de verão, pode ser considerada como fator arrefecedor de temperaturas internas, e, portanto, tratado relativamente como positivo. De outro modo, é negativa a interferência causada durante o solstício de inverno, quando as temperaturas são menores. Salienta-se que nenhuma das edificações que sofrerão interferência direta nos períodos críticos são de uso residencial, sendo estas de uso comercial e de lazer/esportivo, esporádico.		
	Conforto	Ambiental		
(Avaliar os impactos causa	idos pela inserção do empreendi	mento na AID e no entorno imediato em relação ao conforto		
	ambi	Alto, devendo ser mitigado com estratégias de		
	Construção	planejamento de obra e operação de maquinários e		
Poluição sonora Poluição do ar	Comparague	operações de carga e descarga de insumos.		
	Funcionamento	Médio. Devendo ocorrer pelo trânsito de veículos		
	Funcionamento	acessando e saindo do empreendimento.		
	Construção	A emissão de material particulado ocorrerá na fase de execução com a possibilidade de emissão de poeiras e materiais particulados em função do número de máquinas e equipamentos movidos a combustíveis fósseis. Estes veículos pesados acarretarão também no aumento da emissão destes materiais. Porém com medidas de controle como cobertura com lonas e limpeza dos veículos assim como umectação das entradas e saídas da obra reduzem este impacto		
	Funcionamento	Nulo		
Sujidades	Construção	O trânsito de veículos de transporte de insumos durante a implantação do empreendimento pode acarretar a dispersão de sujidades provenientes do fluxo de entrada e saída no terreno. Por isso, devem ser observados o controle da limpeza dos pneus dos veículos de carga na saída e no acesso ao imóvel.		
	Funcionamento	Nulo		
	Construção			
Outros	Funcionamento			



Impactos na ventilação e iluminação natural de áreas adjacentes

(Avaliar a influência da volumetria e dos materiais do empreendimento na iluminação natural das áreas adjacentes (especialmente em áreas e equipamentos públicos, como AVL, unidades de saúde, ensino, etc.), máx. 2000 caracteres)

A partir de simulações, denotou-se que, apesar da projeção de sombreamento maior do que as das edificações do entorno, o empreendimento exerce influência sobre a iluminação de poucas construções vizinhas, em períodos específicos. Anualmente, o período mais crítico é o do solstício de inverno. Já no decorrer do dia, os períodos críticos são observados como sendo o matutino, às 8h30 e o vespertino, quando a sombra projetada incide sobre edificações a sul, e a partir do horário das 14h, quando a sombra projetada do projeto incide sobre a edificação vizinha, à leste. No verão, o bloqueio da iluminação ocorre para a edificação vizinha à leste durante o período vespertino.

Para esse último caso, a redução da influência solar direta vespertina, durante o período do solstício de verão, pode ser considerada como fator arrefecedor de temperaturas internas, e, portanto, tratado relativamente como positivo. De outro modo, é negativa a interferência causada durante o solstício de inverno, quando as temperaturas são menores. Salienta-se que nenhuma das edificações que sofrerão interferência direta nos períodos críticos são de uso residencial, sendo estas de uso comercial e de lazer/esportivo, esporádico.

Dessa maneira, é possível depreender que a influência do empreendimento, em termos de análise de conforto ambiental, dadas as características preexistentes e de situação espacial do mesmo, pode ser considerada relativamente baixa. Ainda que haja sombreamentos detectados sobre edificações a sul e a edificação vizinha à leste, observa-se que todas são de uso não residencial e, por tanto, de população não permanente. Também foi observa-se que a distância mantida de afastamento entre ambas as construções permite a circulação de correntes de ar provenientes das direções dos ventos predominantes. Além disso, há que se considerar o incremento de vegetação junto aos passeios proporcionado pelo projeto e aquele previsto para as áreas externas de acesso público, que caracteriza área de fruição. Essa estratégia projetual vai de encontro à fragilidade diagnosticada na localidade, em que se observou falta de arborização nos passeios, para o sombreamento adequado e para um relativo equilíbrio dos impactos da tendência da pavimentação de áreas verdes preexistentes.

No caso do empreendimento, devem ser previstas espécies arbóreas nativas de pequeno porte no tratamento dos passeios, com 4 a 6 metros de altura e diâmetro da copa de até 6 metros, presentes no catálogo disposto pelo projeto Árvores Nativas de Floripa. Os exemplares escolhidos devem observar a importância do sombreamento no período do verão, no qual a edificação não exerce sombra nos passeios durante à tarde. Dessa forma, pode-se considerar positiva para o uso público a inserção do projeto previsto pelo empreendimento, no que diz respeito ao conforto ambiental dos pedestres.

Em relação ao ruído emitido, este inevitavelmente deve ocorrer durante o período de obras, devido às atividades pertinentes ao processo. Por isso, devem ser respeitados e controlados através do planejamento específico a ocorrência das operações mais ruidosas, visando evitar ao máximo a interferência indesejada em períodos como início da manhã e fim de tarde/anoitecer. Durante o período de operação, por haver previsão de espaços de convivência externos, é possível que haja presença de ruídos gerados por aglomerações em determinados períodos do dia. No entanto, por serem espaços de pequena escala, circundados pela edificação e por espaços vegetados, que funcionam também como barreira sonora, não se considera que haverá interferência relevante. Conclusão semelhante aplica-se para a movimentação de veículos de entrada e saída, que deverá ocorrer em maior parte no subsolo e em períodos de pico, apenas.



3.8. Paisagem Urbana e Patrimônio Natural e Cultural

Caracterização e análise da paisagem e patrimônio atual

(Abordar os elementos e os valores naturais, patrimoniais, artísticos e culturais presentes na AID. Incluir fotos e descrição, máx. 3000 caracteres)

Observando-se a evolução histórica da composição urbana do entorno do empreendimento, denota-se que, a partir da década de 70, as glebas e terrenos de pastagem são gradualmente substituídos por lotes ocupados por edificações de porte pequeno, processo que é incentivado com a abertura das vias SC-405 e Avenida Campeche. De maneira geral, o que se observa é um cercamento progressivo dos elementos naturais pela ocupação antrópica, representada por edificações unifamiliares em sua maior parte e, mais recentemente, loteamentos voltados principalmente ao uso residencial.

Ainda assim, a recorrência de pontos de caráter natural, não alterados pelo homem, assinalados pelas grandes áreas de vazios urbanos, de pastagem, manguezais, restingas, garantem um relativo predomínio de aspectos não-antrópicos e que define a área como integrada com o meio preexistente à ocupação.

Essas características proporcionam visuais amplos e panorâmicos de caráter natural, como aqueles observados pela orla contínua das Praias do Campeche e as planícies inundáveis do Campeche, na área oeste do bairro. Também são exemplos relevantes os morros que circundam os bairros de Morro das Pedras e Rio Tavares, os quais figuram como plano de fundo em muitos pontos de vista a partir das áreas ocupadas, como o Morro do Lampião. Dentre os pontos de relevância paisagística, também se destacam o Parque da Lagoa da Chica e o Parque Cultural do Campeche. O primeiro, marcado por um corpo d'água com deque e área de contemplação e o segundo como um campo aberto com espaço para atividades ao ar livre.

Impactos pertinentes

(Avaliar os impactos do empreendimento em relação à Paisagem Urbana, Patrimônio Natural e Cultural)

Descrever os elementos da paisagem urbana impactados e quais os impactos gerados pelo empreendimento.

(Definir na Matriz de Análise dos Impactos Urbanísticos, posteriormente, as medidas mitigatórias pertinentes para cada impacto)

Caracterizada a composição paisagística do contexto urbano em que o empreendimento se propõe, compreende-se que há predomínio dos aspectos naturais e consonância entre as áreas ocupadas e os elementos não-antrópicos, em geral, ainda que se observe uma tendência progressiva de ocupação, da qual o projeto em análise faz parte.

As imagens simuladas que apresentam a inserção da edificação na preexistência indicam que o porte projeto é consideravelmente maior do que os das edificações de entorno imediato, o que gera uma alteração considerável no cenário próximo. No entanto, observa-se que há uma tendência de recaracterização da tipologia arquitetônica predominante na área, dados os novos parâmetros urbanísticos máximos estabelecidos pela Lei Complementar Municipal Nº 739/2023, que também tem como objetivos a densificação do bairro em questão, prenunciando uma tendência de novas construções dentro dos padrões apresentados pelo projeto aqui estudado.

No que diz respeito a composição arquitetônica externa, de acordo com as imagens de simulação fornecidas pelo empreendedor, observa-se que há previsão de uso de elementos naturais como vegetação nas fachadas, além de composição paisagística no nível térreo frontal, que deverá contar com áreas de fruição pública com mobiliário de estar em tons naturais e indivíduos arbóreos. Dessa maneira, compreende-se que há uma mitigação de impacto negativo da intervenção, no sentido de minimizar a consequência da inserção do elemento construído sobre a vista da paisagem natural preexistente.



Simulação da inserção do volume do empreendimento na preexistência



Simulação da inserção do volume do empreendimento na preexistência





Renderização preliminar da composição externa do empreendimento, inserido no meio preexistente. Salienta-se que os volumes das edificações laterais não estão representados na imagem.



Descrever os elementos do Patrimônio Natural impactados e quais os impactos gerados pelo empreendimento.

(Definir na Matriz de Análise dos Impactos Urbanísticos, posteriormente, as medidas mitigatórias pertinentes para cada impacto)

A AII analisada abrange 4 unidades de conservação, das quais 2 interceptam a AID. A tabela a seguir apresenta a denominação das UCs e suas respectivas distâncias do empreendimento:

	Unidades de Conservação na AII/AID							
Nº	Unidade de Conservação (UC)	Distância ao Empreendimento	Abrangência					
1	UC Morro do Lampião	280 m	AID					
2	UC Marinha do Pirajubaé	606 m	AID					
3	UC Maciço da Costeira	1.870 m	AII					
4	UC Dunas da Lagoa da Conceição	2.213 m	AII					

Fonte: Elaboração Ambiens

Na AID, portanto, encontram-se interceptadas a Unidade de Conservação Federal "Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé" e a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Municipal Morro do Lampião. A primeira situa-se sobre a Fazenda do Rio Tavares e foi pioneira dentre as reservas extrativistas marinhas do Brasil. Seu principal objetivo é a possibilidade de extração do recurso natural local, o berbigão, de forma sustentável pela população tradicional (UFSC, 2018). A segunda, por sua vez, foi estabelecida pelo Decreto Municipal 23.323/2.021, tendo como objetivos:

- I Promover a proteção e recuperação dos recursos hídricos, incluindo a preservação e restauração de matas ciliares;
- II Preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área, de pesquisa científica, ecoturismo e educação ambiental;

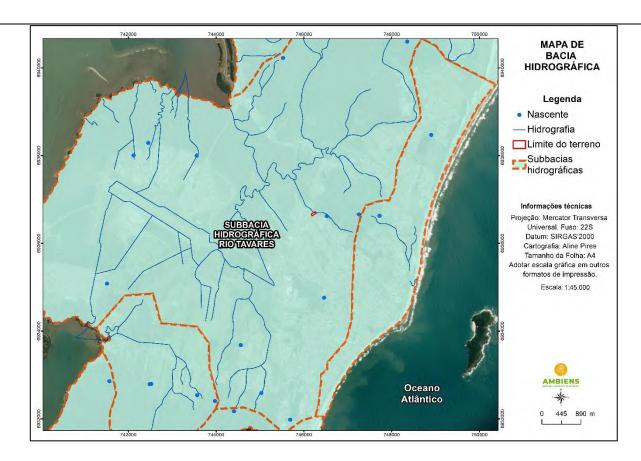


- **III** Promover a manutenção da biodiversidade regional funcionando como trampolim ecológico para a fauna;
- IV Promover a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos;
- V Promover a preservação e a restauração de ecossistemas naturais;
- **VI** Promover o patrimônio cultural tradicional representado pelas populações locais residentes no entorno da unidade, respeitando e valorizando seu conhecimento e práticas, e promovendo-as social e economicamente;
- VII Promover e valorizar a paisagem cultural e os sítios históricos de valor simbólico pela comunidade local;
- VIII Promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região, onde se fizer necessário;
- IX Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico;
- **X** Contribuir para a conservação da geodiversidade e sua valorização na composição da paisagem;
- XI Apoiar e incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XII Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- **XIII** Proporcionar espaços e condições adequados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, de lazer e recreação em contato com a natureza;
- **XIV** Proporcionar espaços e condições adequados ao desenvolvimento de atividades culturais, educacionais, de lazer e recreação em contato com a natureza;
- **XV** Promover a atuação de entidades e população local como agentes de preservação e conservação do patrimônio natural e cultural. (FLORIANÓPOLIS, 2021, n.p.)



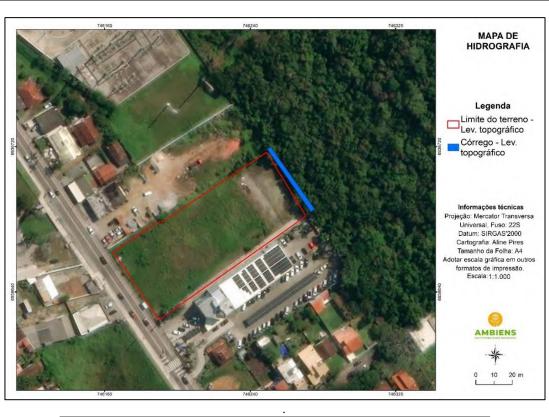
A área total do terreno de estudo está inserida na **Microbacia hidrográfica do Rio Tavares.** Essa microbacia possui área de 49,99 km², perímetro de 36,02 km e tem como principal rio o Tavares, que dá nome a microbacia. O rio Tavares, possui aproximadamente 7 km, desaguando na baía Sul.





De acordo com o levantamento de elementos hídricos da SDS (2012), transpassa pelo terreno de estudo um curso d'água. Já segundo os dados do Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Dados vetoriais de 2022), existiria apenas um canal de drenagem. Entretanto, conforme vistoria de campo, identificou-se a ocorrência de um curso d'água natural, próximo ao terreno de estudo, mas fora dos limites territoriais do imóvel. Esse aspecto é mais bem explorado no Estudo Ambiental Simplificado, protocolado junto a FLORAM.









Ainda de acordo com o geoprocessamento corporativo municipal, não há, na área do imóvel, ocorrência de áreas inundáveis, APPs de topo de morro, caracterização de vegetação específica, zonas de amortecimento de UCs ou sobrezoneamentos de limitação ambiental.

Também não incidem sobre o terreno áreas prioritárias do Plano Municipal da Mata Atlântica. Ainda assim, destaca-se que a área mais próxima são a do Corredor Planície Entre-Mares e aquela situada sobre o Morro do Lampião, ambas dentro da AID.



O empreendimento não exerce influência e nem causará interferências em unidades de conservação e áreas de preservação permanente ou corredores ecológicos, por estar em uma área delimitada para a expansão e adensamento, ocupando um terreno que se configura como vazio urbano. Evidentemente, o adensamento urbano causa pressão sobre os sistemas naturais, principalmente se a infraestrutura para as demandas da população e usuários são incipientes, como rede de esgoto, abastecimento de água, drenagem, rede elétrica, mobilidade urbana e coleta e destinação de resíduos sólidos. Conforme visto em seções anteriores, estas demandas são atendidas e há quase totalidade de infraestrutura na região para suportar o empreendimento. A exceção fica por conta do sistema de saneamento público, inexistente para a Avenida Campeche, que obriga o empreendimento a executar sistema de tratamento individual. O mesmo solicitou análise de permissão para lançamento de efluentes tratados nos canais de drenagem, o que pode significar uma pressão sobre essa infraestrutura urbana, visto que o diagnóstico participativo municipal atestou haver problemas de impermeabilização e alagamentos, na AII. O mesmo também conta com processo de autorização de corte e poda de árvores para vegetação dentro dos limites do imóvel.

Descrever os elementos do Patrimônio Cultural impactados e quais os impactos gerados pelo empreendimento.

(Definir na Matriz de Análise dos Impactos Urbanísticos, posteriormente, as medidas mitigatórias pertinentes para cada impacto)

Na AID do empreendimento há um sítio arqueológico registrado pelo IPHAN, caracterizado como conchífero, de responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Não há ocorrência de outros sítios arqueológicos ou elementos de patrimônio histórico, artístico e cultural no imóvel ou na AID.





Uma vez que nas áreas de influência e no imóvel não há áreas de preservação cultural ou bens tombados, e os aspectos culturais da região da AII e AID são voltados ao turismo sazonal de verão e características de balneário, conclui-se que não há impactos exercidos sobre esses aspectos. Portanto, a nova população residente não deverá ocasionar impactos culturais ou alterações culturais.

Com relação ao patrimônio histórico, referente aos sítios arqueológicos, o único sítio registrado na AID do empreendimento situa-se afastado e sem potencial de impacto com relação ao empreendimento. Mesmo assim, durante as obras, o empreendimento deverá executar programas de educação patrimonial junto aos trabalhadores e comunicação imediata quando da ocorrência de quaisquer vestígios arqueológicos junto ao órgão responsável pela sua salvaguarda, ressaltando que as obras serão imediatamente paralisadas e comunicado ao órgão de patrimônio histórico (SEPHAN e IPHAN) até que se efetue o reconhecimento e salvamento do material arqueológico, para manutenção e preservação do patrimônio arqueológico.



ANEXOS

- 1 ADI -I
- 2 HIDROGRAFIA
- 3 MAPA DE LOCALIZAÇÃO
- 4 PROJETO ARQUITETÔNICO
- 5 MAPA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
- 6 MAPA DE USO DAS EDIFICAÇÕES
- 7 MAPA DE HIERARQUIA VIÁRIA
- 8 MAPA DE INFRAESTRUTURA CICLOVIÁRIA
- 9 ROTAS DE ACESSO AO EMPREENDIMENTO
- 10 PLANILHAS DE CONTAGEM DE TRÁFEGO
- 11 LEVANTAMENTO EXPEDITO

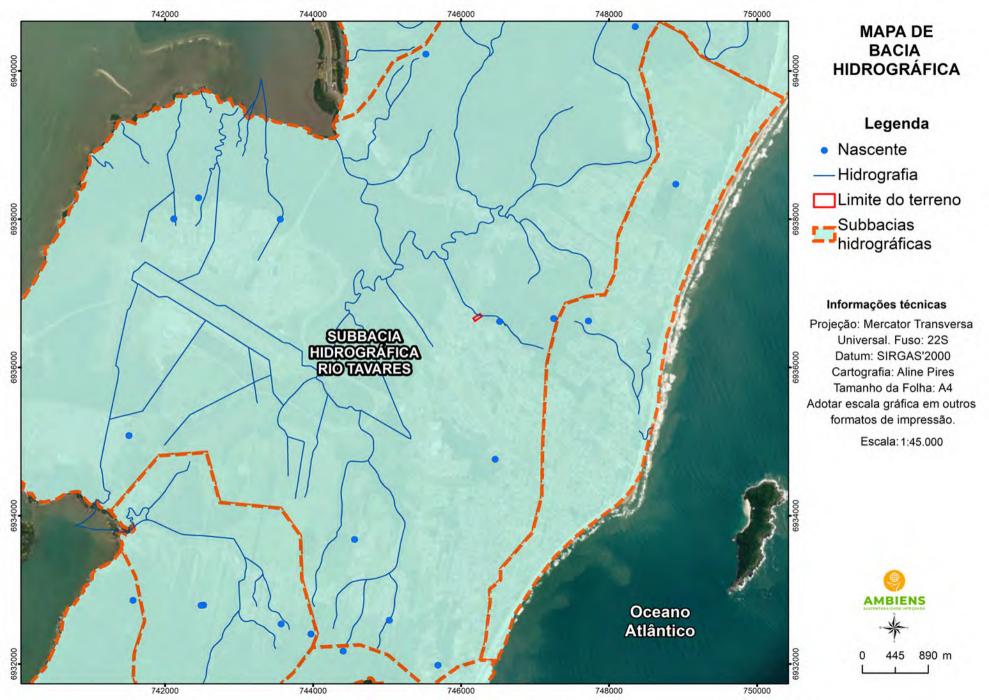


1 – ADI **-**I





2 – BACIA HIDROGRÁFICA





3 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO



LEGENDA NOTAS TÉCNICAS

☐ Limite do Terreno

Projeção: Universal Transversa de Mercator - UTM. Datum: SIRGAS 2000 Fuso 22S. Base Map Google Satellite.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

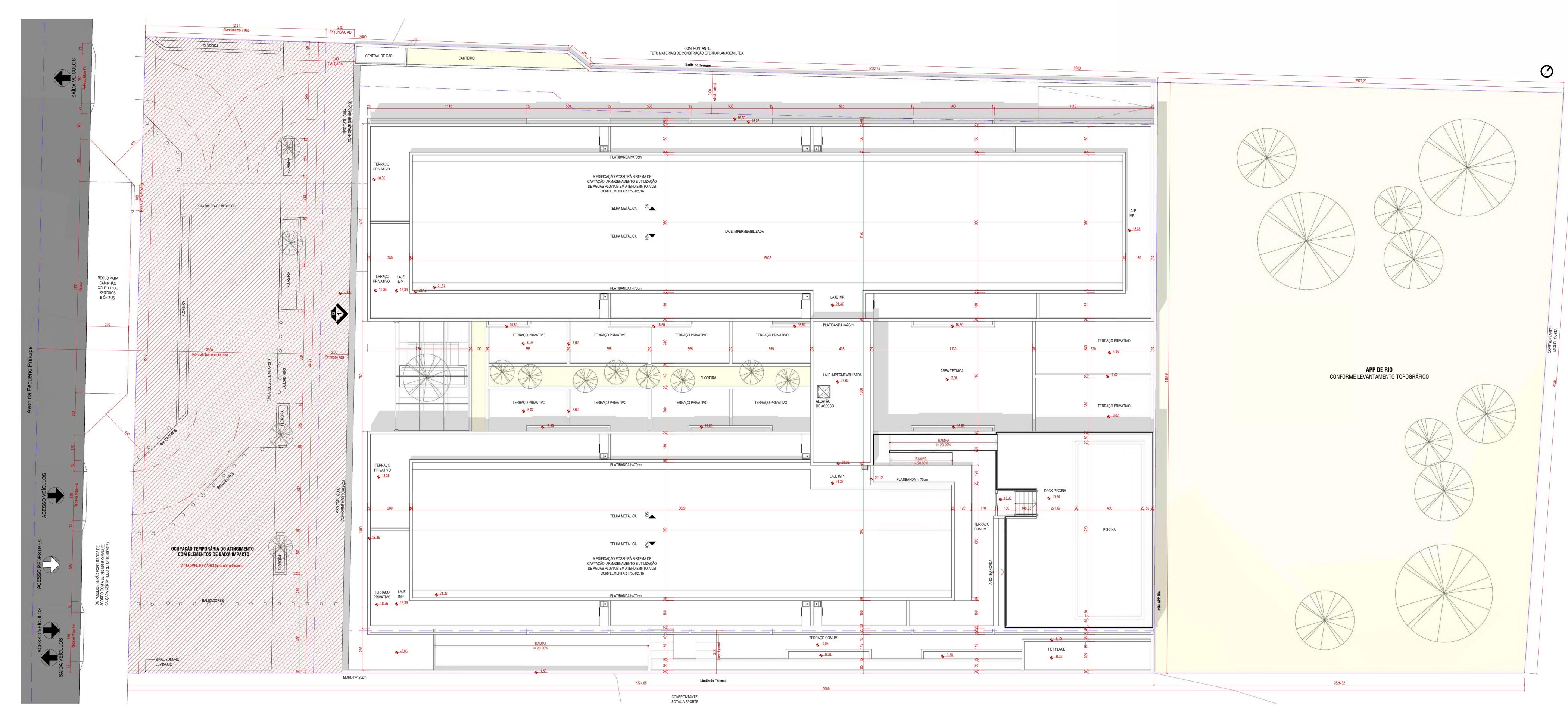
 Numeração:
 NA
 Folha:
 A3
 Elaboração:
 Felipe Bernardi Geógrafo CREA/SC: 087018-2

 Data:
 agosto/2023
 Localização:
 Florianópolis ,SC





4 – PROJETO ARQUITETÔNICO



AREA: 4.276,80m²

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO ESCALA 1:500

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO ESCALA 1:100

POR SOLICITAÇÃO DO IPUF, FORAM DESENHADOS DOIS CENÁRIOS DE IMPLANTAÇÃO PARA O PROJETO, UM CONSIDERANDO O MEIO FIO ATUAL E O OUTRO CONSIDERANDO O ATINGIMENTO VIÁRIO EXECUTADO. ESTES CENÁRIOS ESTÃO REPRESENTADOS NAS PRANCHAS DO 1º PAVIMENTO (04 E 05). PARA O DESENHO DA IMPLANTAÇÃO FOI CONSIDERADO APENAS O CENÁRIO DO MEIO FIO ATUAL.

DESCRITIVO

148 UNIDADES RESIDENCIAIS 1 SALA COMERCIAL (773,64m²) + MEZANINO (DEPÓSITO; 393,12m²) DEMANDA DE VAGAS

AUTOMÓVEIS - RESIDENCIAL VISITANTES: 5% DAS VAGAS PRIVATIVAS (74 VAGAS PRIVATIVAS) = 4 VAGAS

BICICLETAS - RESIDENCIAL PRIVATIVA: 1 VAGA/UNIDADE = 148 VAGAS

BICICLETAS - RESIDENCIAL VISITANTES:

5% DAS VAGAS PRIVATIVAS = 8 VAGAS

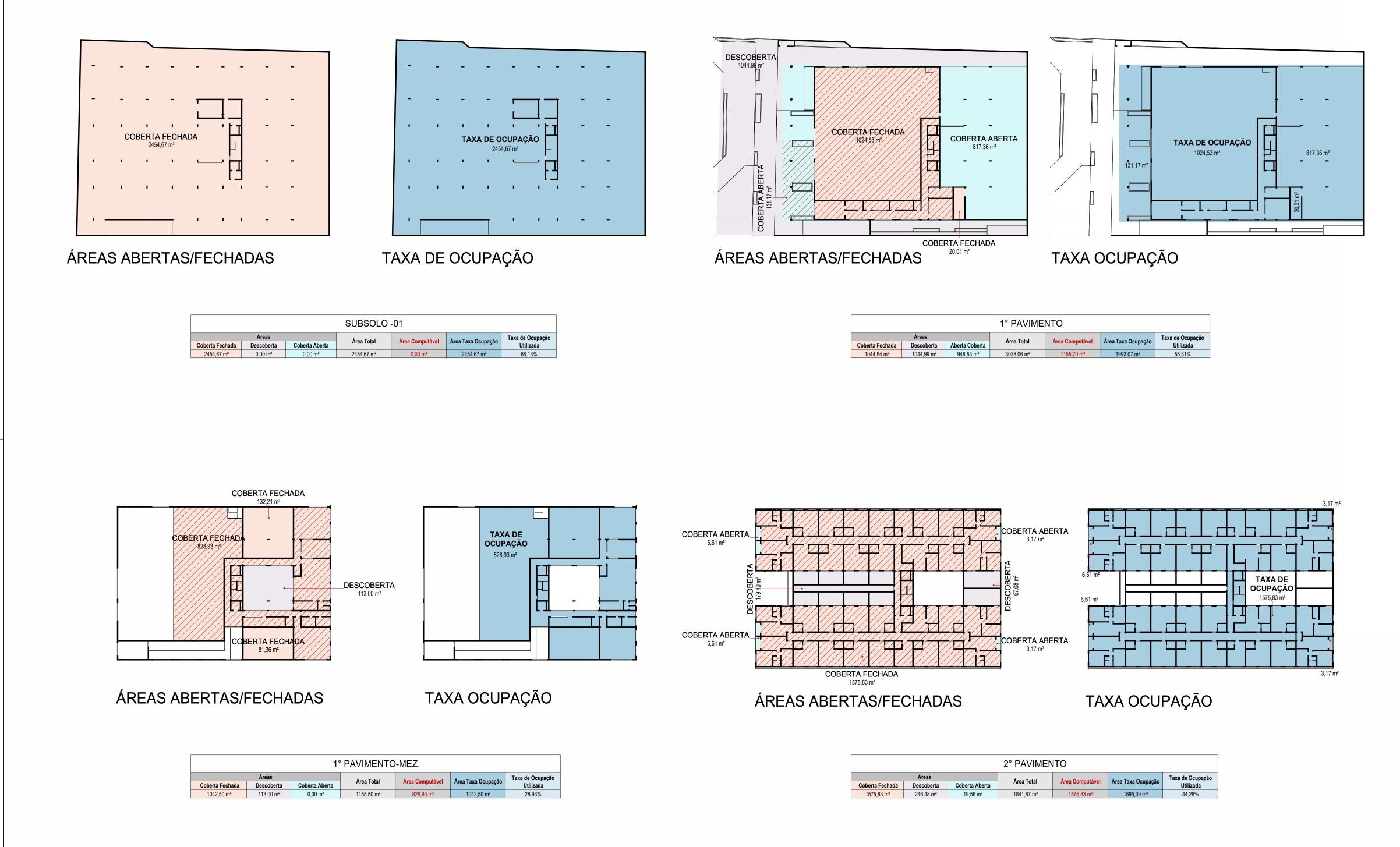
AUTOMÓVEIS - COMERCIAL:

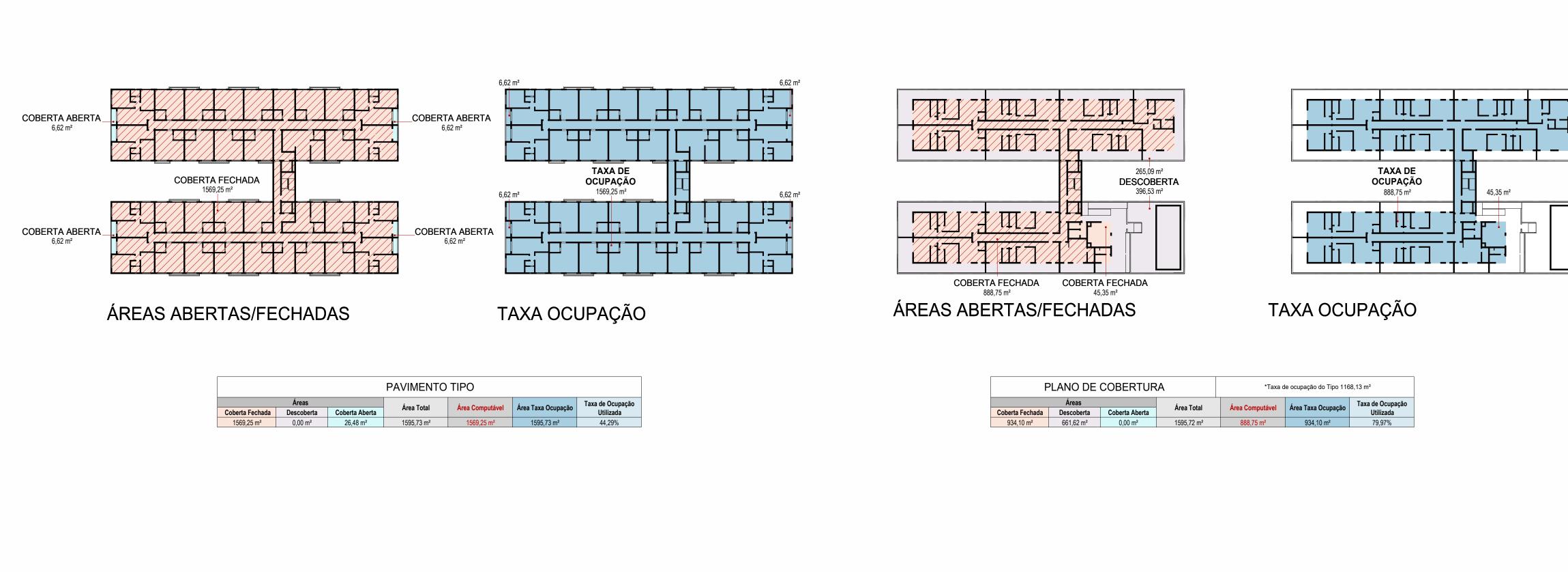
1 VAGA /100 m^2 = 8 VAGAS

BICICLETAS - COMERCIAL: 1 VAGA /100m² = 8 VAGAS

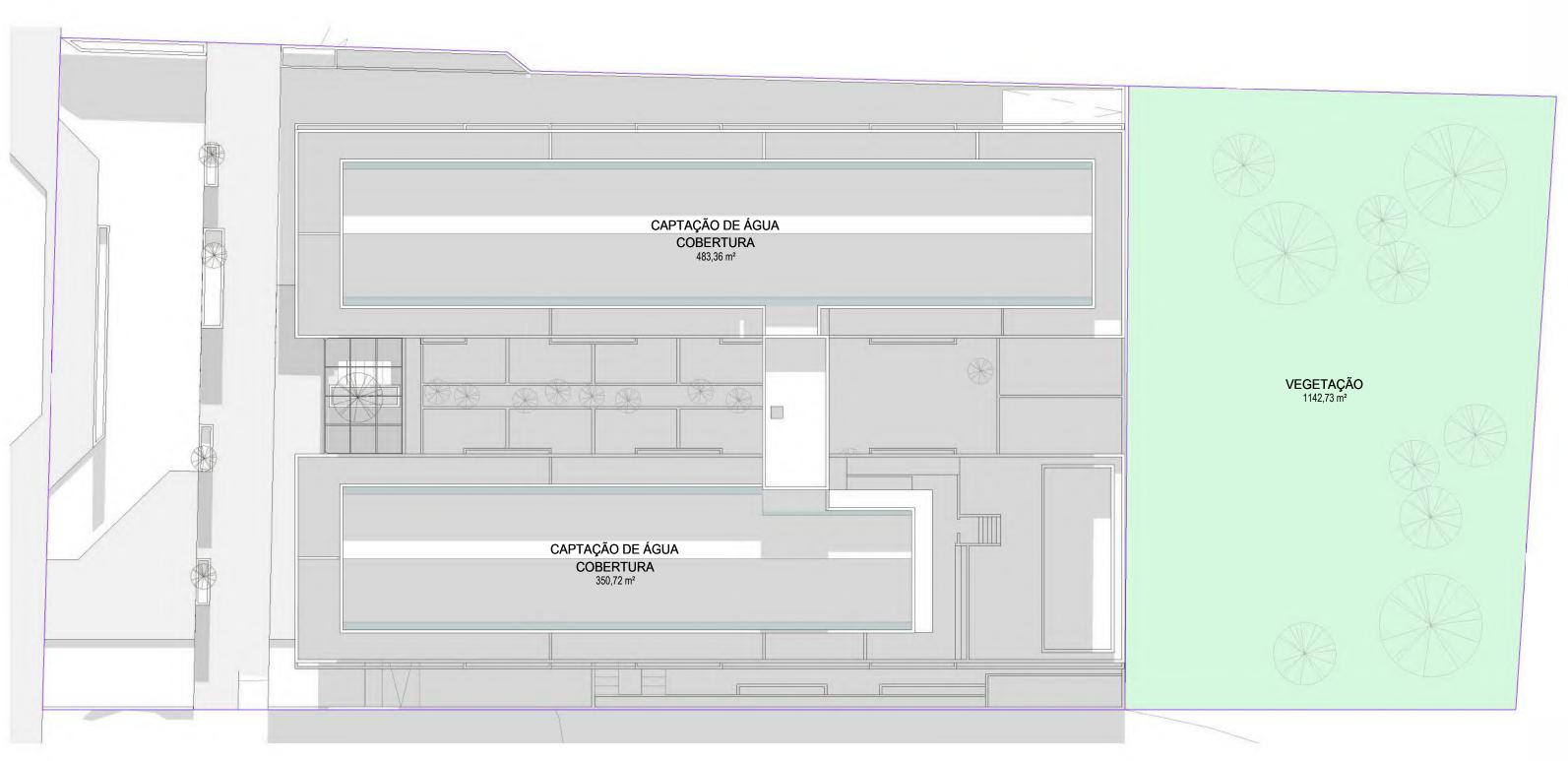
VAGAS/PAVIME	NTO
Tipo de Vaga:	N° Va
Automóveis	
SUBSOLO -01RESIDENCIAL	
Automóveis - Vaga Residencial	69
Automóveis PCD	2
	71
1º PAVIMENTO COMERCIAL	
Automóveis - Vaga Comercial	24
	24
Bicicletas	
SUBSOLO -01	
Bicicleta - Vaga Residencial	148
	148
1º PAVIMENTO	
Bicicleta - Vaga Comério	21
Bicicleta - Vaga Residencial Visitante	8



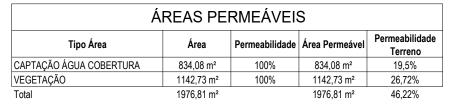








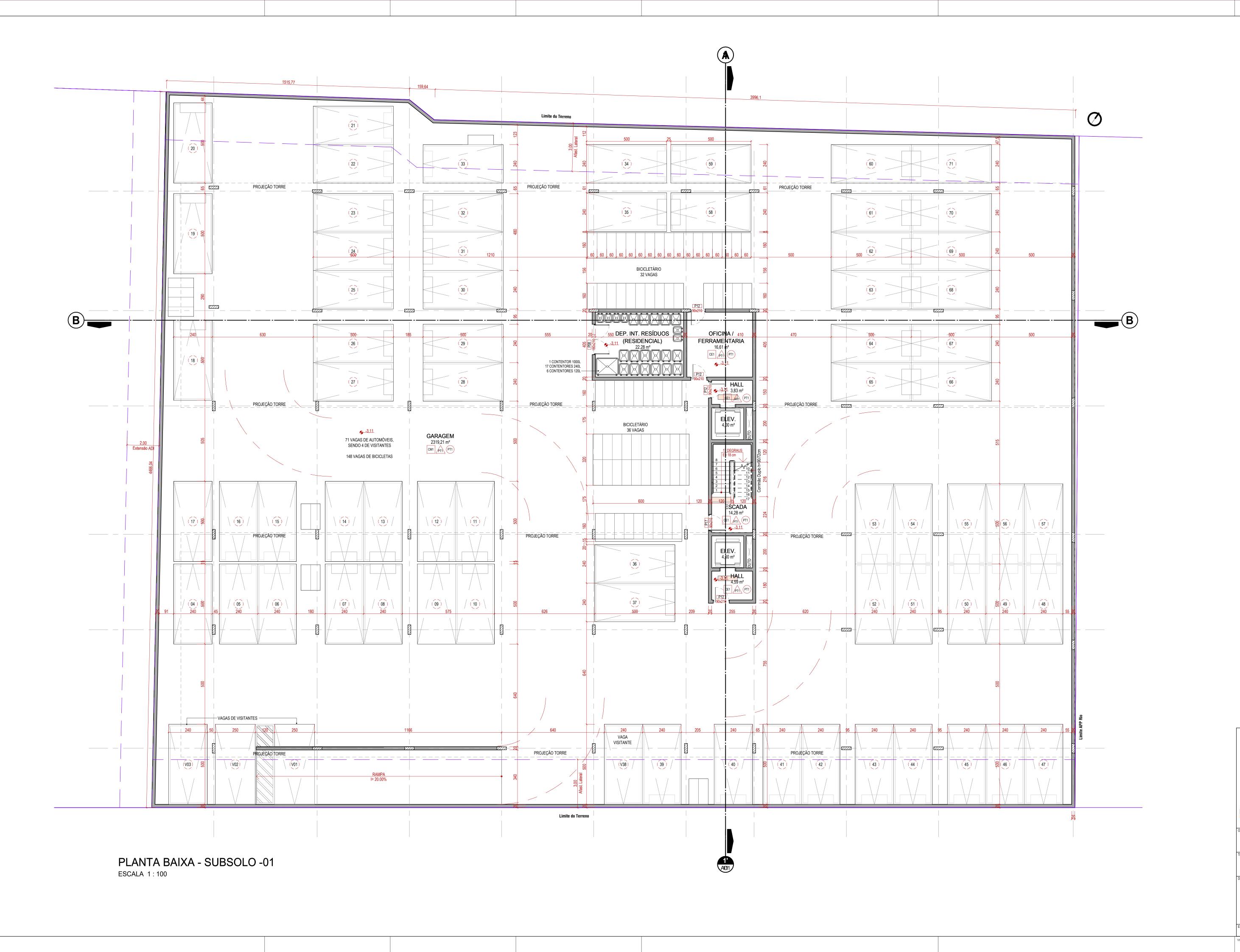
ÁREAS PERMEÁVEIS



			Área Terreno		Área Atingir	mento Viário	Terreno R	Remanescente	
			4276,80 m ² 6			40 m²	3600	3,160 m ²	
			Coeffeiènte de Aussonitemente l		Área Máxima - Ta	axa de Ocupação			
			Coeficiênte de Aproveitamento	Utilizado	Subsolo	Base	Torre	Plano Cobertura	
			2,14		3603,16 m ²	2882,53 m²	2342,05 m²	0,00 m ²	
			1						
PAVIMENTO	COBERT	A FECHADA NÃO Computável	COBERT	A ABERTA	Computável		DESCOBERTA TOTAL não computável		
SUBSOLO - 01	0.00	2454,67	0,00	NAO	0.00	0,00		2454,67	
1° PAVTO	1024,53	20,01	131,17		817,36	1044.99		3038,06	
1° PAV MEZANINO	828,93	213,57	0,00		0.00	113,00		1155,5	
2° PAVTO	1575,83	0,00	0,00		19,56	246,48		1841,87	
3° PAVTO	1569,25	0.00	0,00		26,48	0,00		1595,73	
4° PAVTO	1569,25	0,00	0,00		26,48	0,00		1595,73	
5° PAVTO	1569,25	0,00	0,00		26,48	0,00		1595,73	
PAVIMENTO DE COBERTURA	888,75	45,35	0,00		0,00	661,62		1595,72	
BARRILETE	0,00	34,18	0,00		0,00	0,00		34,18	
RESERVATÓRIO	0,00	42,75	0,00		0,00	0,00		42,75	
TOTAIS	9025,79	2810,53	131,17		916,36	2055 00		14040 04	
	111	836,32	1047,53			2066,09		14949,94	

FORAM ULTILIZADOS 9.156,96 m² DE COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO, SENDO: 4.276,80 m² DE C.A. BASICO 1; 3.138,5 m² POR INCENTIVO DE ADI-I (3° E 4° PAVIMENTOS); 1.569,25 m² POR INCENTIVO DE USO MISTO (5° PAVIMENTO); 172,41 m² POR OUTORGA ONEROSA.





		Dimensões(cm	.\		1.Altura e F	Peitoril medidos a part	ir do piso a
Código	Largura	Altura ¹	Peitoril ¹	Nº Folhas	Funcionamento	Material	Quan
		•	•				-
J01	180	120	110	2	Correr	Alumínio	2
J02	200	200	20	2	Correr	Alumínio	84
J03	150	200	20	3	Correr/Fixa	Alumínio	2
J04	180	200	20	3	Correr/Fixa	Alumínio	24
J05	200	200	20	3	Correr/Fixa	Alumínio	120
J06	280	200	20	4	Correr/Fixa	Alumínio	8
J07	60	60	160	1	Máximo-Ar	Alumínio	25
J08	40	200	20	2	Máximo-Ar/Fixa	Alumínio	30

TABELA DE ESQUADRIAS-PORTAS 1.Altura medido a partir do piso ac							
Dime		ões(cm)				Τ.	
Código	Código Largura	+ ` ´ + Folhas	Folhas	Funcionamento	Material	Quant.	
P01	70	210	1	Abrir	Madeira	48	
P02	80	210	1	Abrir	Madeira	202	
P03	90	210	1	Abrir	Madeira	140	
P04	70	210	1	Correr	Madeira	30	
P05	80	100	1	Abrir	Alumínio	1	
P06	160	160	2	Abrir	Alumínio	1	
P07	80	210	1	Abrir	Alumínio	1	
P08	180	210	2	Abrir	Alumínio	2	
P09	60	220	1	Abrir	Alumínio	1	
P10	70	220	1	Abrir	Alumínio	10	
P11	80	110	1	Abrir Pivotante	Alumínio	1	
P12	90	210	1	Abrir Pivotante	Alumínio	25	
P13	150	210	2	Correr	Alumínio	2	
P14	180	220	2	Correr	Alumínio	1	
P15	200	220	2	Correr	Alumínio	89	
P16	300	220	3	Correr	Alumínio	1	
P17	90	210	1	Abrir	Corta Fogo	20	
P18	80	80	1	Alçapão	Alumínio	1	
tal:						576	

	ACABAMENTOS DE PISO
Código	Descrição
CE1	Revestimento Cerâmico 60x60cm, Branco Natural, Retificado
CM1	Cimento Queimado cor Natural
\triangle	ACABAMENTOS DE PAREDE
Código	Descrição
CE1	Revestimento Cerâmico 60x60cm, Branco Natural, Retificado
PT1	Pintura Acrílica cor Branco Fosco, aplicado sobre Reboco Liso
0	ACABAMENTOS DE TETO
Código	Descrição
FG1	Forro de Gesso convencional - Acabamento: Pintura Acrílica cor Branco Fosco
PT1	Pintura Acrílica cor Branco Fosco, aplicado sobre Reboco Liso

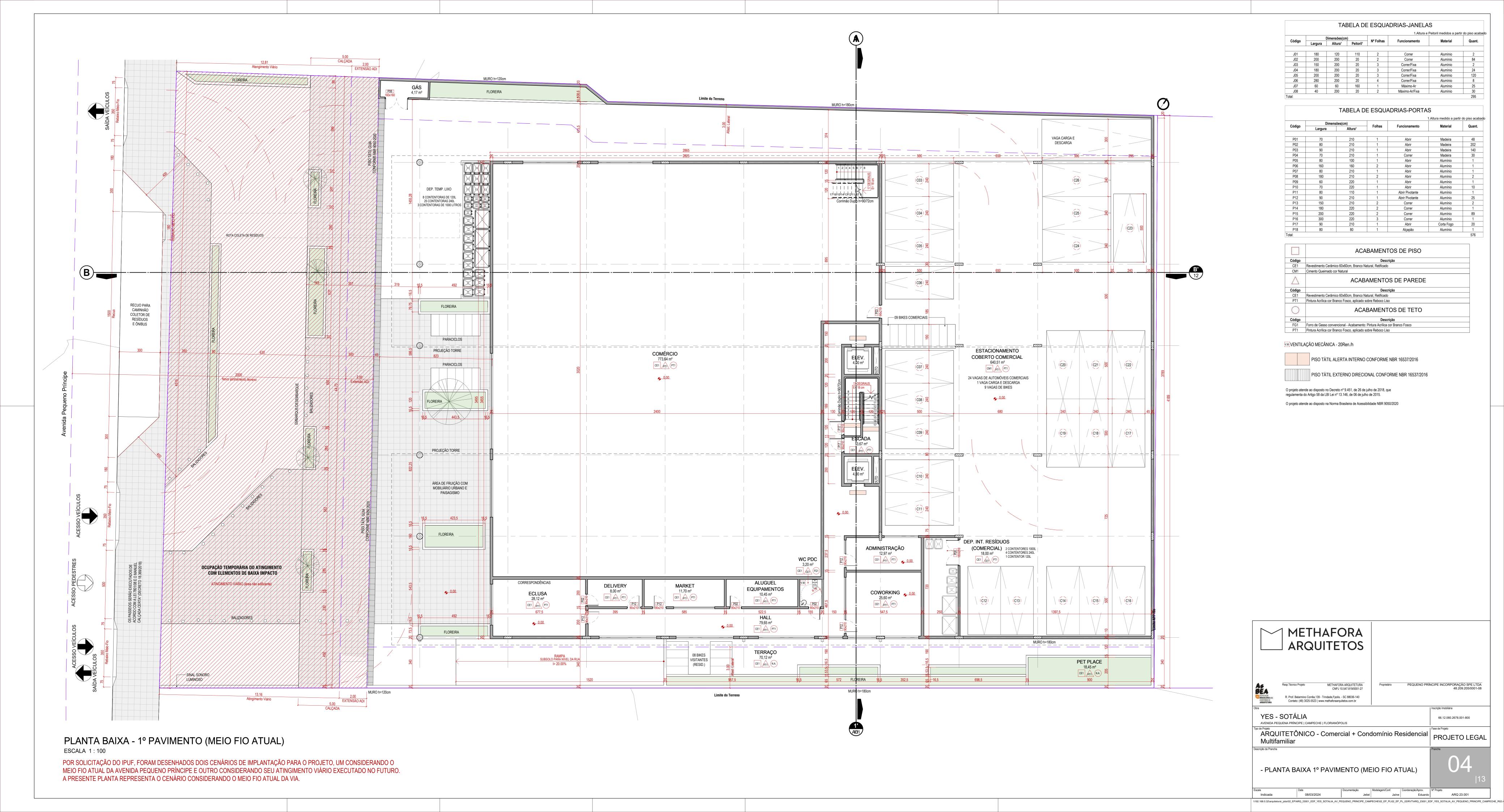
VENTILAÇÃO MECÂNICA - 20Ren./h

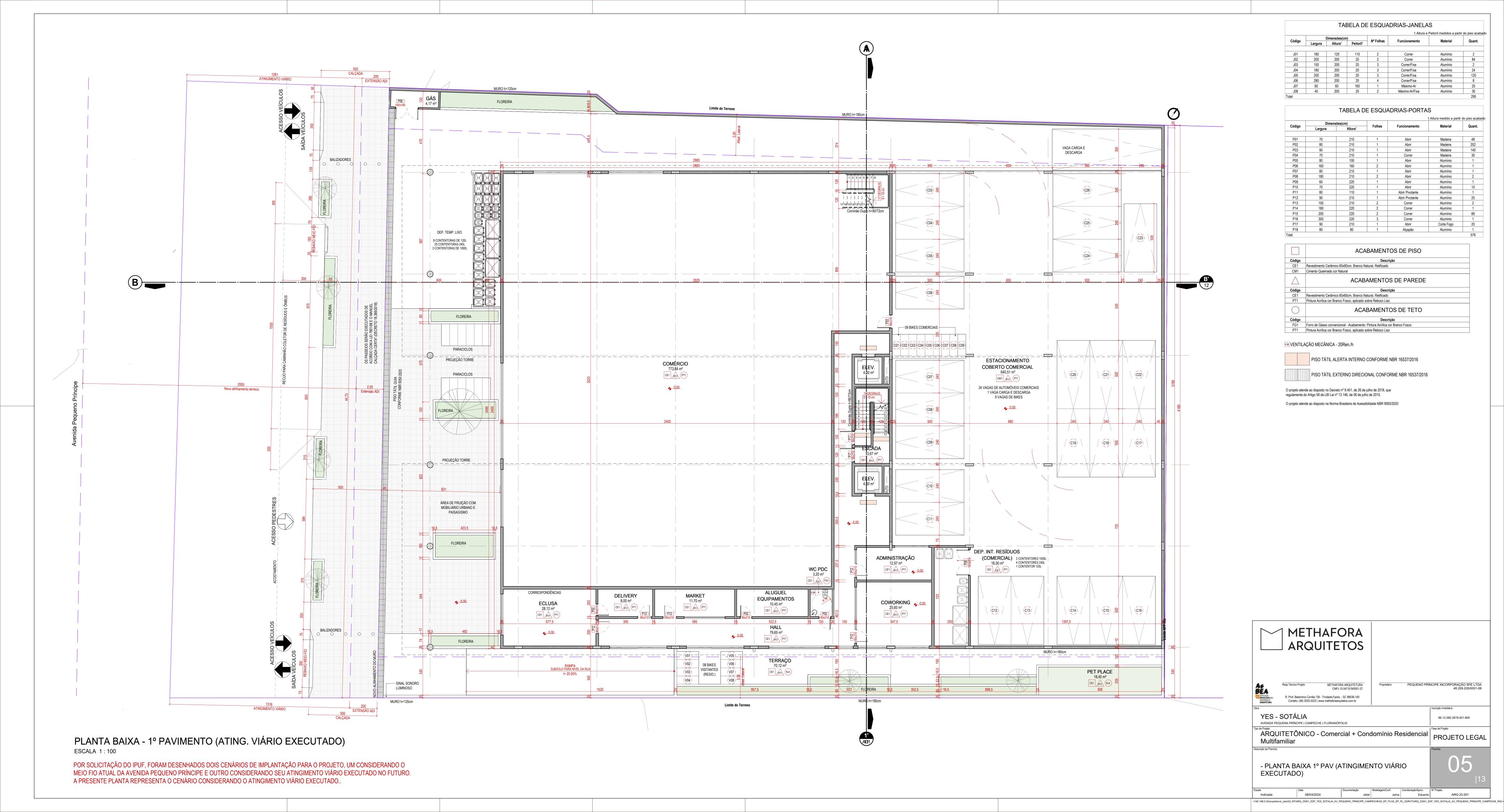
PISO TÁTIL ALERTA INTERNO CONFORME NBR 16537/2016

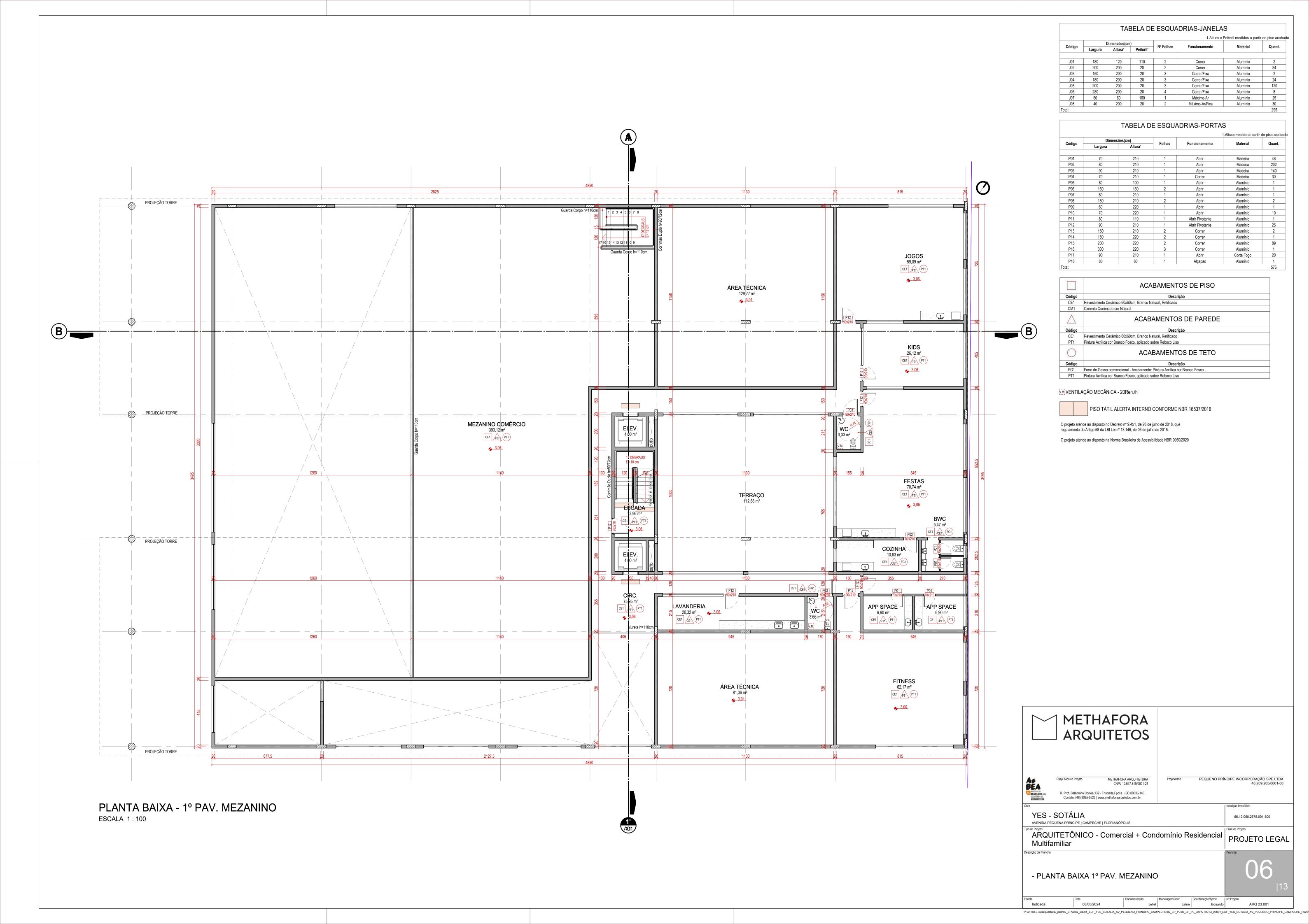
O projeto atende ao disposto no Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018, que regulamenta do Artigo 58 da LBI Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

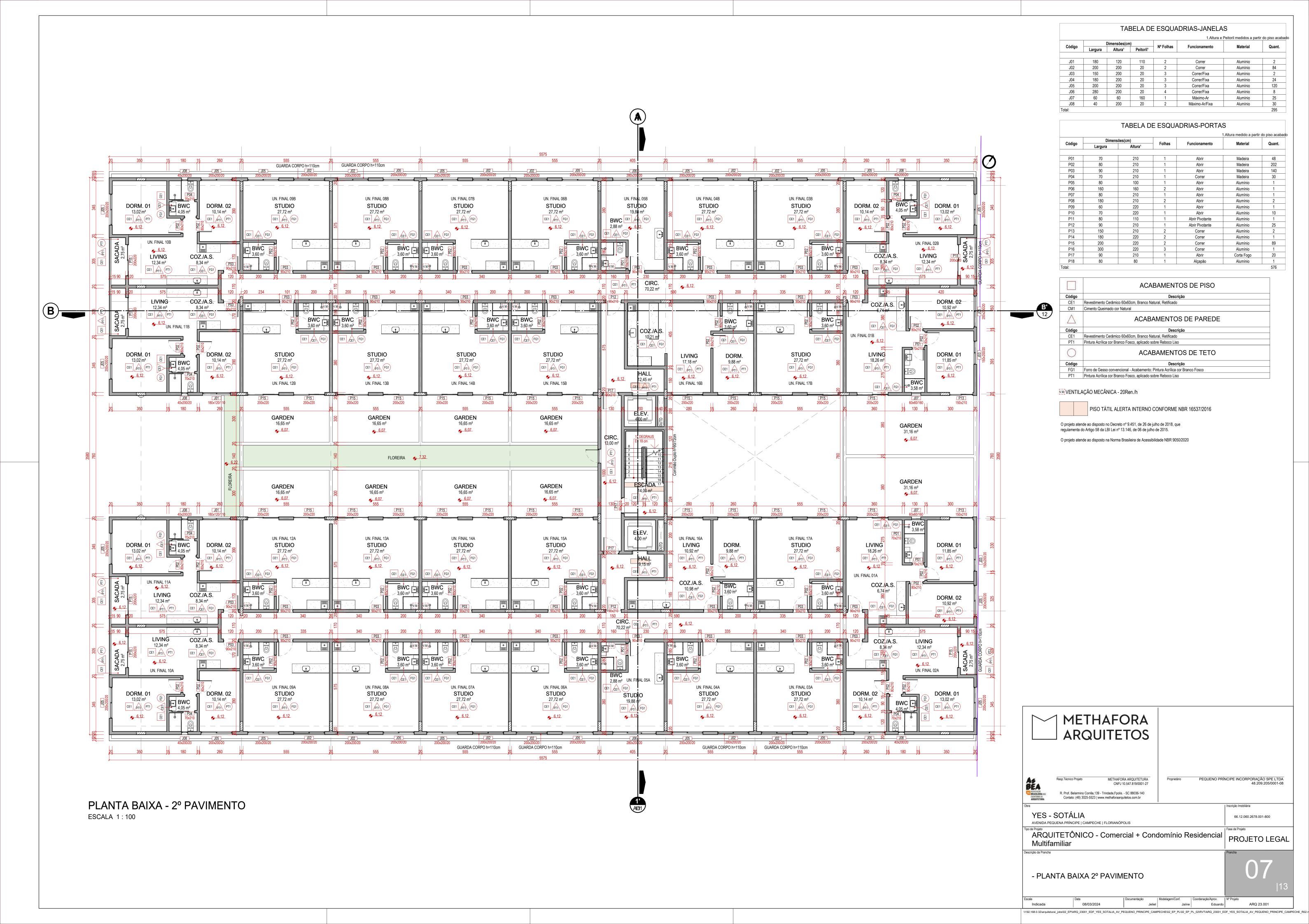
O projeto atende ao disposto na Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050/2020

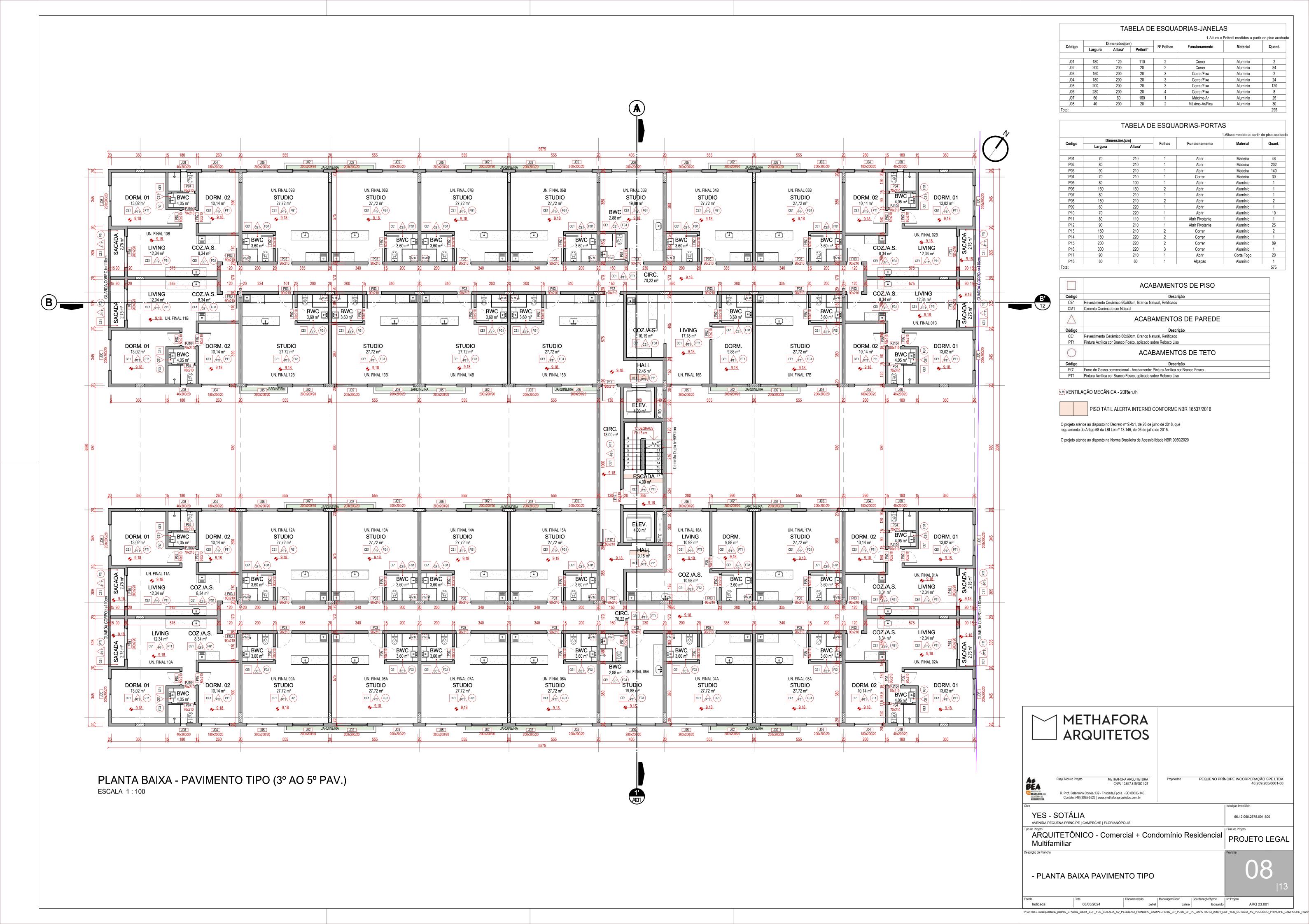












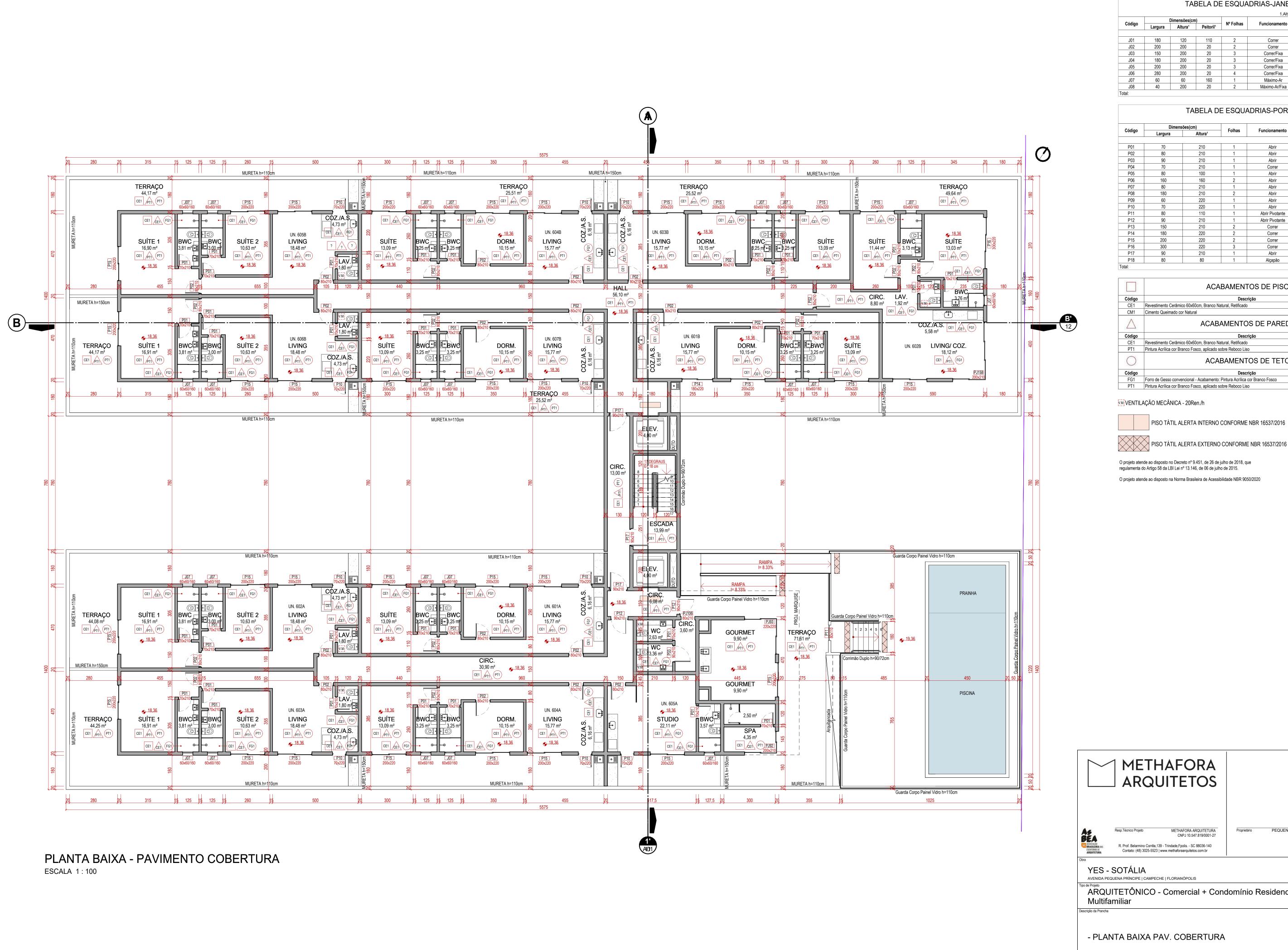
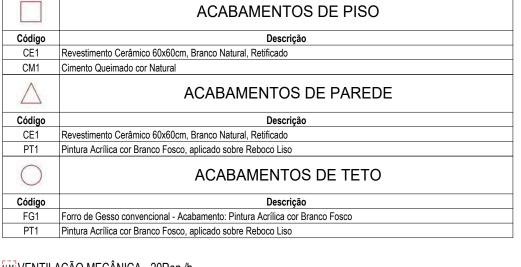


TABELA DE ESQUADRIAS-JANELAS Alumínio Correr/Fixa Alumínio Correr/Fixa Alumínio Correr/Fixa Alumínio Correr/Fixa Alumínio Máximo-Ar Alumínio Máximo-Ar/Fixa Alumínio

	1.Altura medido a partir do									
Código	Dimen	Dimensões(cm)		Funcionamento	Material	Quan				
Coulgo	Largura	Altura ¹	Folhas	- uncionamento	Waterial	Quan				
P01	70	210	1	Abrir	Madeira	48				
P02	80	210	1	Abrir	Madeira	202				
P03	90	210	1	Abrir	Madeira	140				
P04	70	210	1	Correr	Madeira	30				
P05	80	100	1	Abrir	Alumínio	1				
P06	160	160	2	Abrir	Alumínio	1				
P07	80	210	1	Abrir	Alumínio	1				
P08	180	210	2	Abrir	Alumínio	2				
P09	60	220	1	Abrir	Alumínio	1				
P10	70	220	1	Abrir	Alumínio	10				
P11	80	110	1	Abrir Pivotante	Alumínio	1				
P12	90	210	1	Abrir Pivotante	Alumínio	25				
P13	150	210	2	Correr	Alumínio	2				
P14	180	220	2	Correr	Alumínio	1				
P15	200	220	2	Correr	Alumínio	89				
P16	300	220	3	Correr	Alumínio	1				
P17	90	210	1	Abrir	Corta Fogo	20				
P18	80	80	1	Alçapão	Alumínio	1				

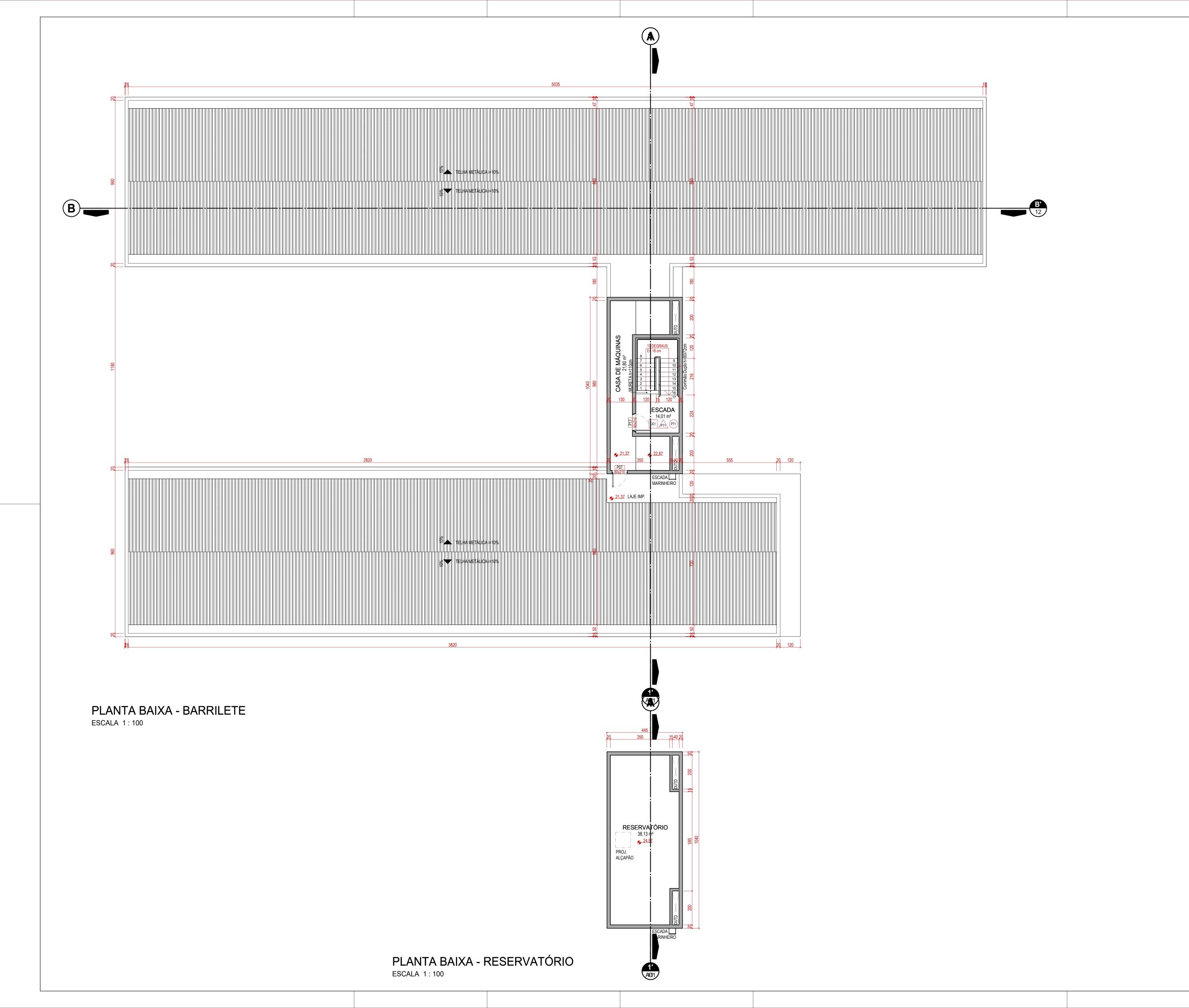




Jaíne

\\192.168.0.32\arquitetura_jobs\\02_EP\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\\02_EP_PL\\02_EP_PL\\02\RVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\\02_EP_PL\\02_EP\\02_EP\\02_EP\\02_EP\\02_EP\\02_EP\02_EP\\02_EP

08/03/2024



					ORIAS-JANELAS		
					1.Altura e F	eitoril medidos a part	ir do piso acaba
مدائم	[Dimensões(cm	1)	Nº Folhas	Funcionamento	Material	Outant
Código	Largura	Altura ¹	Peitoril ¹	N° Folhas	runcionamento	Materiai	Quant.
J01	180	120	110	2	Correr	Alumínio	2
J02	200	200	20	2	Correr	Alumínio	84
J03	150	200	20	3	Correr/Fixa	Alumínio	2
J04	180	200	20	3	Correr/Fixa	Alumínio	24
J05	200	200	20	3	Correr/Fixa	Alumínio	120
J06	280	200	20	4	Correr/Fixa	Alumínio	8
J07	60	60	160	1	Máximo-Ar	Alumínio	25
J08	40	200	20	2	Máximo-Ar/Fixa	Alumínio	30

	Dimono	~~~(~~)		1	.Altura medido a partir	do piso aca
Código		ões(cm) Altura ¹	Folhas	Funcionamento	Material	Quant.
	Largura	Allura				
P01	70	210	1	Abrir	Madeira	48
P02	80	210	1	Abrir	Madeira	202
P03	90	210	1	Abrir	Madeira	140
P04	70	210	1	Correr	Madeira	30
P05	80	100	1	Abrir	Alumínio	1
P06	160	160	2	Abrir	Alumínio	1
P07	80	210	1	Abrir	Alumínio	1
P08	180	210	2	Abrir	Alumínio	2
P09	60	220	1	Abrir	Alumínio	1
P10	70	220	1	Abrir	Alumínio	10
P11	80	110	1	Abrir Pivotante	Alumínio	1
P12	90	210	1	Abrir Pivotante	Alumínio	25
P13	150	210	2	Correr	Alumínio	2
P14	180	220	2	Correr	Alumínio	1
P15	200	220	2	Correr	Alumínio	89
P16	300	220	3	Correr	Alumínio	1
P17	90	210	1	Abrir	Corta Fogo	20
P18	80	80	1	Alçapão	Alumínio	1
tal:						576

	ACABAMENTOS DE PISO
Código	Descrição
CE1	Revestimento Cerâmico 60x60cm, Branco Natural, Retificado
CM1	Cimento Queimado cor Natural
\triangle	ACABAMENTOS DE PAREDE
Código	Descrição
CE1	Revestimento Cerâmico 60x60cm, Branco Natural, Retificado
PT1	Pintura Acrílica cor Branco Fosco, aplicado sobre Reboco Liso
0	ACABAMENTOS DE TETO
Código	Descrição
FG1	Forro de Gesso convencional - Acabamento: Pintura Acrílica cor Branco Fosco
PT1	Pintura Acrílica cor Branco Fosco, aplicado sobre Reboco Liso

O projeto atende ao disposto no Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018, que regulamenta do Artigo 58 da LBI Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. O projeto atende ao disposto na Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050/2020



R. Prof. Belarmino Corrêa,139 - Trindade,Fpolis. - SC 88036-140 Contato: (48) 3025-5523 | www.methaforaarquitetos.com.br

Proprietário PEQUENO PRÍNCIPE INCORPORAÇÃO SPE LTDA 48.209.205/0001-08 METHAFORA ARQUITETURA CNPJ 10.547.819/0001-27

YES - SOTÁLIA AVENIDA PEQUENA PRÍNCIPE | CAMPECHE | FLORIANÓPOLIS ARQUITETÔNICO - Comercial + Condomínio Residencial PROJETO LEGAL Multifamiliar

Descrição da Prancha

- PLANTA BAIXA BARRILETE - PLANTA BAIXA RESERVATÓRIO

66.12.060.2678.001-800

Data 08/03/2024

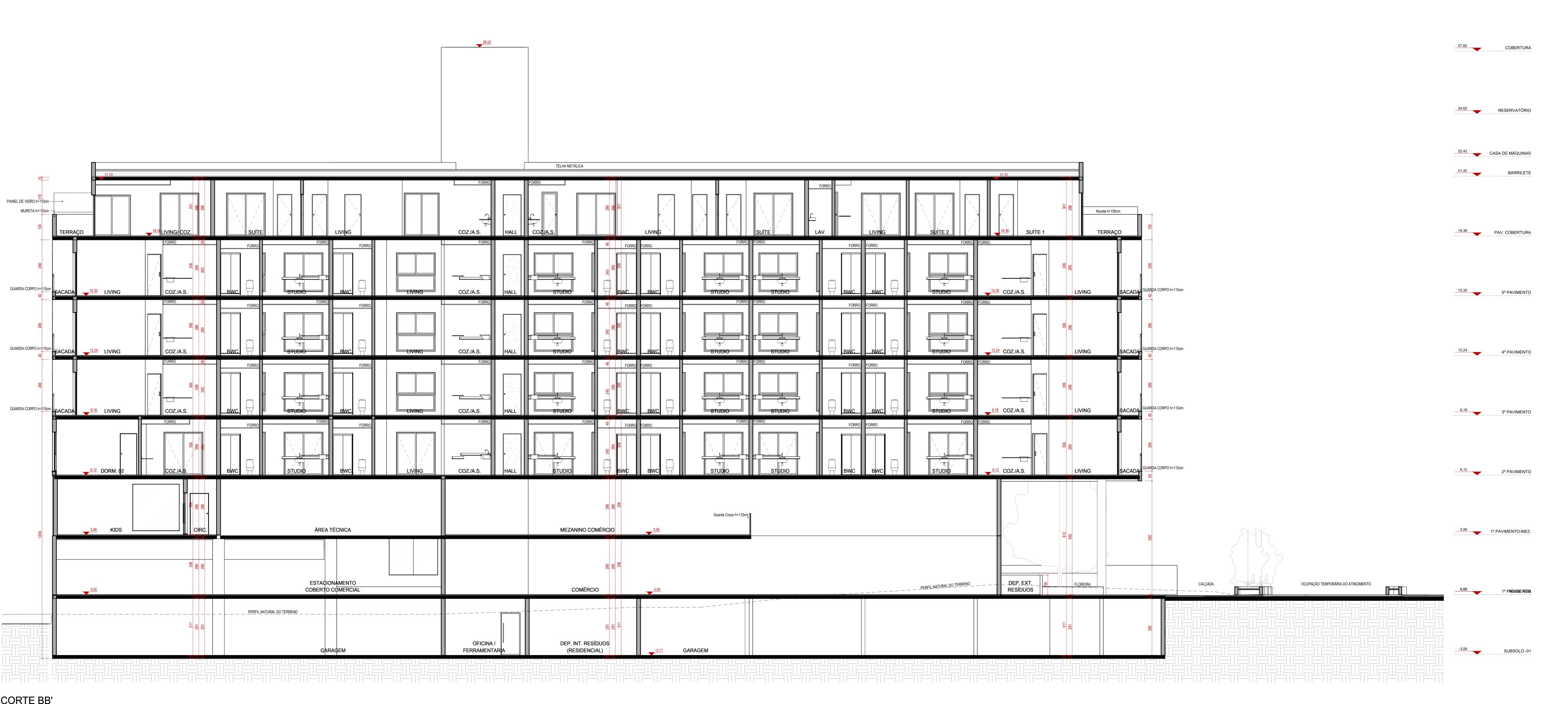
\\192.168.0.32\arquitetura_jobs\02_EP\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02_EP_PL\02\EP_PL\02\EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02\EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_E\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_E\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_E\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_E\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES\03.EVT\ARQ_23001_EDF_YES\03.EVT\ARQ_2300



CORTE AA' ESCALA 1 : 75

MET	HAFC QUITE	DRA TOS			
			Proprietário	PEQUENO PRÍI	NCIPE INCORPORAÇÃO SPE LTDA 48.209.205/0001-08
Obra					Inscrição Imobiliária
YES - SOTÁLIA AVENIDA PEQUENA PRÍNCIPE CAN	MPECHE FLORIANÓPO	DLIS			66.12.060.2678.001-800
ARQUITETÔNICO Multifamiliar	O - Comerc	cial + Cond	domínio Re	esidencial	PROJETO LEGAL
- CORTE AA					Prancha 1
Escala Data	03/2024	Documentação Jeliel	Modelagem/Conf. Jaine	Coordenação/Aprov.	N° Projeto ARQ 23.001

\\192.168.0.32\arquitetura\\jobs\02_EP\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02_EP_PL\02_EP_PL\02_EP_PL_02\RVT\ARQ_23001_EDF_YES_SOTALIA_AV_PEQUENO_PRINCIPE_CAMPECHE\02.EP_PL\02_EP_PP\02_EP_PL\02_EP_PP\



CORTE BB' ESCALA 1 : 75 METHAFORA ARQUITETOS

Resp. Técnico Projeto
METHAFORA ARQUITETURA
CNPJ 10.547 8190001-27
R. Prof. Belamino Corrêa, 139 - Trindade Ppolis - SC 88036-140
Contato: (46) 3025-5632 | www.methaforaequitetos.com.br

Obra

YES - SOTÁLIA
AVENIDA PEQUENA PRÍNCIPE | CAMPECHE | FLORIANÓPOLIS

Tipo de Projeto
ARQUITETÔNICO - Comercial + Condomínio Residencial
Multifamiliar

Descrição de Prancha

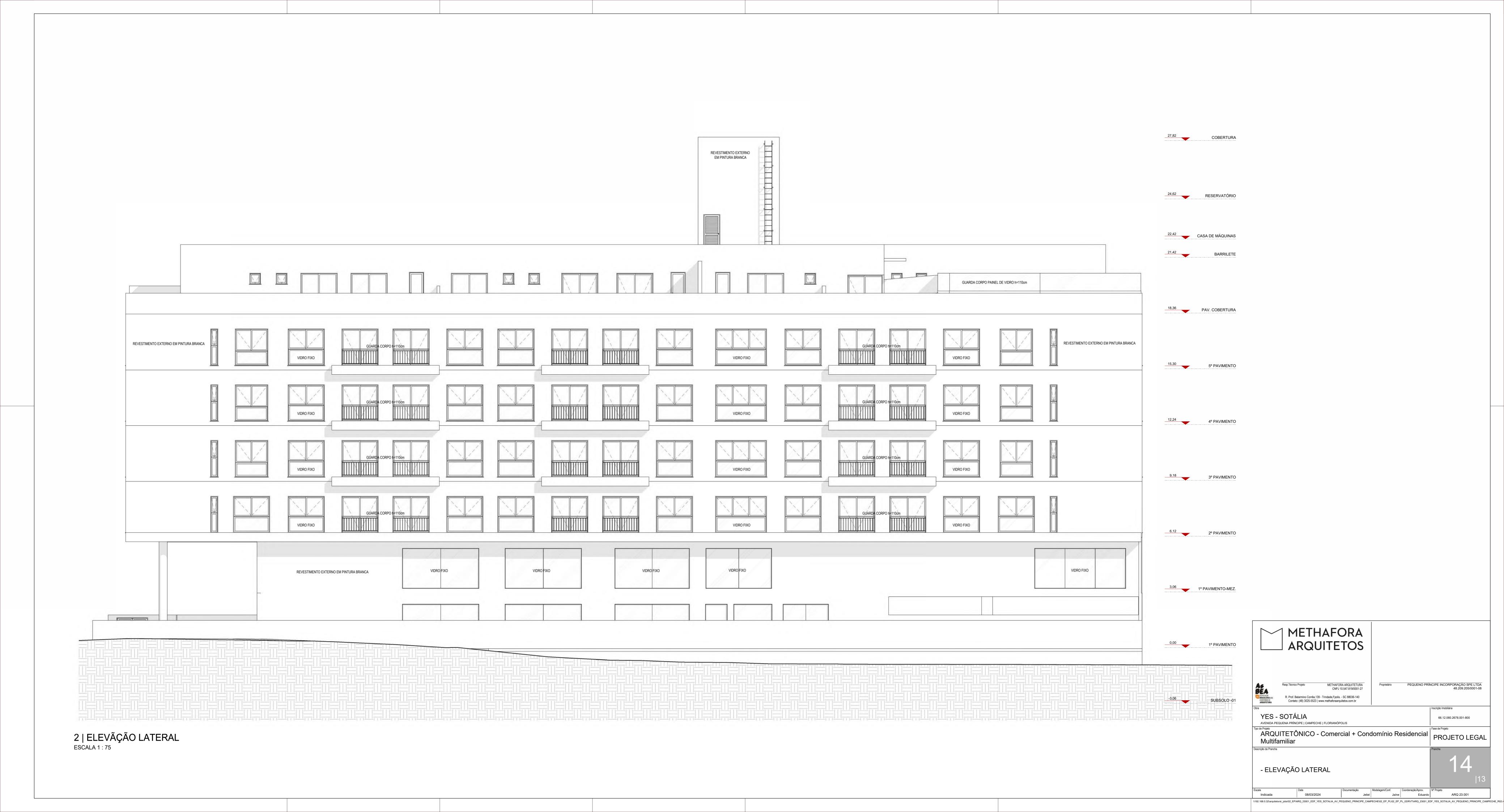
- CORTE BB

| Proprietário | Pequena PRÍNCIPE | NORPOPRAÇÃO SPELIDA 48,209.205/0001-08
Inscrição Imobilidaria	66.12.060.2676.001-800	
PROJETO LEGAL	Pancha	122
Proprietário	Proprieta	123
Proprietário	Proprieta	124
Proprietário	Proprieta	Proprieta

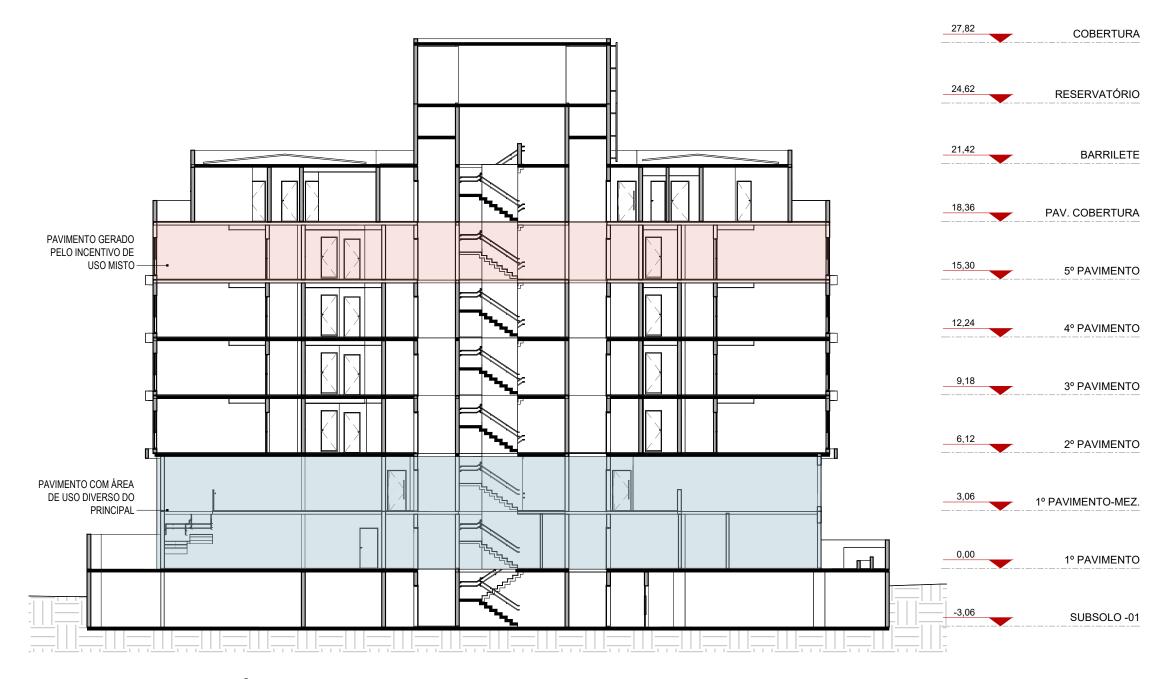


1 | ELEVAÇÃO AV. PEQUENO PRÍNCIPE ESCALA 1 : 75

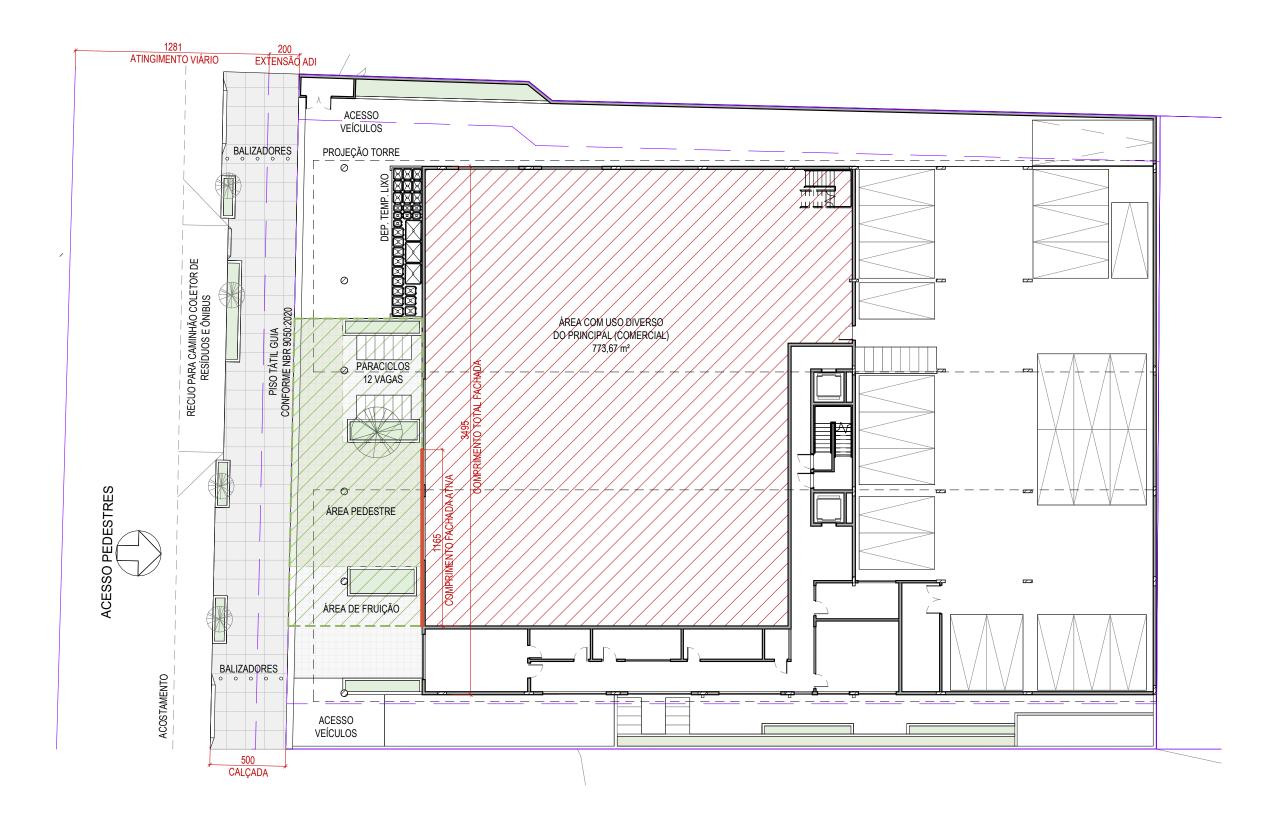
	METHA ARQUI	FORA TETOS			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE AROUTETURA	Resp.Técnico Projeto N R. Prof. Belarmino Corrêa,139 - Trinda Contato: (48) 3025-5523 www.met		Proprietário	PEQUENO PRÍ	NCIPE INCORPORAÇÃO SPE LTDA 48.209.205/0001-08
Obra			<u> </u>		Inscrição Imobiliária
YES - S	SOTÁLIA ena príncipe campeche flo	DRIANÓPOLIS			Inscrição Imobiliária 66.12.060.2678.001-800
YES - S AVENIDA PEQUE	ENA PRÍNCIPE CAMPECHE FLC				,
YES - S AVENIDA PEQUE	ENA PRÍNCIPE CAMPECHE FLO TETÔNICO - Co		domínio Re	esidencial	66.12.060.2678.001-800
AVENIDA PEQUE Tipo de Projeto ARQUIT	ENA PRÍNCIPE CAMPECHE FLO TETÔNICO - Co		domínio Re	esidencial	66.12.060.2678.001-800
YES - S AVENIDA PEQUE Tipo de Projeto ARQUIT Multifam Descrição da Prancha	ENA PRÍNCIPE CAMPECHE FLO TETÔNICO - Co	mercial + Cond		esidencial	Fase de Projeto PROJETO LEGAL
YES - S AVENIDA PEQUE Tipo de Projeto ARQUIT Multifam Descrição da Prancha	ENA PRÍNCIPE CAMPECHE FLO FETÔNICO - Co niliar	mercial + Cond		esidencial	Fase de Projeto PROJETO LEGAL Prancha



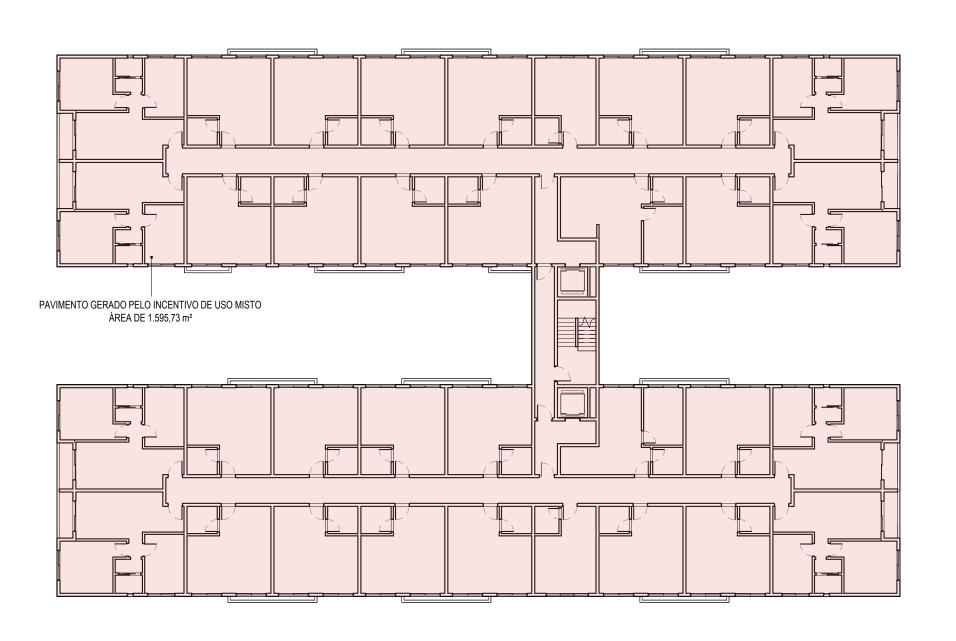
ESTUDO ESPECÍFICO DE USO MISTO



CORTE ESQUEMÁTICO



PAVIMENTO COM USO DIVERSO DO PRINCIPAL



PAVIMENTO GERADO PELO INCENTIVO DE USO MISTO

Α	ÁREA TOTAL CONCEDIDA PELO INCENTIVO (5º PAVIMENTO)	1.595,73 m ²
В	ÁREA MÍNIMA DE USO DIVERSO DO USO PRINCIPAL (1/6)	265,96 m²
С	ÁREA TOTAL DESTINADA A USO DIVERSO DO USO PRINCIPAL	773,67 m²
D	COMPRIMENTO TOTAL DAS FACHADAS VOLTADAS A LOGRADOURO PÚBLICO	34,95 m
Е	COMPRIMENTO TOTAL DE FACHADA ATIVA	11,65 m
F	ÁREA DE FRUIÇÃO PÚBLICA	175,76 m²
G	ÁREA DE FRUIÇÃO PÚBLICA PARA USO DO PEDESTRE	98,25 m²
Н	NÚMERO DE ÁRVORES PREVISTAS (1/50m² DE FRUIÇÃO)	04
I	NÚMERO DE PARACICLOS PREVISTOS (1/25m² DE COMÉRCIO)	11

LEGENDA



METHAFOI ARQUITETO	OS			, and the second se
Resp.Técnico Projeto METHAFORA ARC CNPJ 10.547.8 BASULIALAS ASSENSACIA ARC CNPJ 10.547.8 R. Prof. Belarmino Corrêa, 139 - Trindade, Fpolis SC 88 Contatos Sie Asoutire True A Soutire True True True True True True True Tr	319/0001-27 3036-140	Proprietário	PEQUENO PRII	NCIPE INCORPORAÇÃO SPE LTDA 48.209.205/0001-08
Obra				I Inscrição Imobiliária
YES - SOTÁLIA AVENIDA PEQUENA PRÍNCIPE CAMPECHE FLORIANÓPOLIS				66.12.060.2678.001-800
ARQUITETÔNICO - Comercial + Condomínio Residencial Multifamiliar				PROJETO LEGAL
- Estudo Específico de Uso Misto				A01
Escala Data Docum	nentação Jaíne	Modelagem/Conf. Jaine	Coordenação/Aprov. Eduardo	N° Projeto ARQ 23.001
\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\	- 1			



5 – MAPA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS